

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

ALEXANDRE MENDES DE PINHO

**TURISMO RURAL, SUSTENTABILIDADE E O SERVIÇO PÚBLICO DE
EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Sorocaba
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

ALEXANDRE MENDES DE PINHO

**TURISMO RURAL, SUSTENTABILIDADE E O SERVIÇO PÚBLICO DE
EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para obtenção do título de mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

Orientação: Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Sorocaba
2014

Pinho, Alexandre Mendes de.
P654t Turismo rural, sustentabilidade e o serviço público de extensão rural no estado de São Paulo. / Alexandre Mendes de Pinho. -- 2014. 93 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2014

Orientador: Andrea Rabinovici

Banca examinadora: Maria Henriqueta Sperandio Garcia
Gimenes Minasse, Rosangela Calado da Costa

Bibliografia

1. Ecoturismo – desenvolvimento sustentável. 2. Extensão rural – São Paulo (Estado). I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 333.78

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do *Campus* de Sorocaba.

ALEXANDRE MENDES DE PINHO

**TURISMO RURAL, SUSTENTABILIDADE E O SERVIÇO PÚBLICO DE
EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para obtenção do título de mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Área de concentração em Sustentabilidade, Ambiente e Sociedade. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 20 de agosto de 2014.

Orientadora

Dra. Andrea Rabinovici
Universidade Federal de São Paulo

Examinadora

Dra. Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes Minasse
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

Dra. Rosangela Calado da Costa
Universidade Federal de São Paulo

*Aos meus pais, irmãos, tios e avós,
que de alguma forma me auxiliaram
ou me apoiaram na conquista
de cada caminho que percorri.*

AGRADECIMENTOS

À Dra. Andrea Rabinovici, que me orientou durante o mestrado com dedicação e confiança.

Aos Profs. Maria Henriqueta Gimenes Minasse e Zysman Neiman, pelas recomendações durante o exame de qualificação.

Aos colegas do curso de mestrado, por terem compartilhado comigo a construção (e reconstrução) de diversos conhecimentos.

Aos técnicos da CATI que participaram da pesquisa, pelo empenho em responder ao questionário e às entrevistas.

Aos colegas da CATI que contribuíram com informações que vieram a enriquecer a pesquisa.

À Coordenação da CATI, por facilitar a realização deste trabalho.

Aos amigos que me ajudaram em vários momentos e de diversas maneiras durante o período que cursei o mestrado.

RESUMO

PINHO, A.M. Turismo rural, sustentabilidade e o serviço público de Extensão Rural no Estado de São Paulo. 2014. 93p. Dissertação: Mestrado em sustentabilidade na Gestão Ambiental – Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

A extensão rural contemporânea se depara com um meio rural transformado num espaço de novas ruralidades, entre elas a inserção do turismo, as quais podem se tornar subsídio para a reorientação de seus técnicos para novas práticas extensionistas. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), entidade na qual atuam os extensionistas que constituem o foco deste estudo, constitui o órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento responsável por ações de extensão rural pública junto aos produtores rurais no Estado de São Paulo. A inexistência de um projeto institucional voltado ao turismo rural constituiu motivação para conhecer aspectos do atendimento dos extensionistas da CATI à demanda dos produtores nesta área, bem como perceber se existe a preocupação com um turismo que seja desenvolvido de maneira mais sustentável. Neste sentido, o objetivo da dissertação foi o de levantar elementos sobre a percepção dos extensionistas cuja análise justifique a construção de um programa institucional contemplando ações de capacitação e de planejamento, o qual irá lhes favorecer a ampliação de sua percepção e opinião crítica sobre o fenômeno do turismo rural enquanto vetor de desenvolvimento. O universo da pesquisa constituiu num recorte, dentro do conjunto dos 645 municípios do Estado de São Paulo, que considerou aqueles que apresentaram o turismo rural como atividade de destaque a partir de dois critérios distintos, resultando numa amostra de 87 municípios. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário que buscou, na opinião dos extensionistas que atuam junto aos produtores nos municípios amostrados, caracterizar o seu perfil e a sua atuação no âmbito do turismo rural, bem como conhecer sua percepção sobre a importância do trabalho do extensionista neste segmento e sobre elementos de sustentabilidade relacionada ao turismo. A partir dos dados coletados percebeu-se que, de maneira geral, os técnicos reconhecem o papel do serviço de extensão no contexto do turismo rural, tanto sob o ponto de vista do desenvolvimento desta atividade econômica, quanto pelo papel de articulação e mediação que pode ser assumido pelo extensionista. Porém a pesquisa apontou para algumas limitações que necessitam ser superadas, destacando-se: questões motivacionais, em parte ocasionadas pela falta de incentivos da instituição para uniformizar e qualificar o padrão de atendimento às demandas de turismo; falta de conhecimentos técnicos específicos sobre turismo; necessidade de ampliação de conhecimentos para além de enfoque ambiental, no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo, tendo como expectativa o auxílio na compreensão dos aspectos positivos e também dos conflitos inerentes ao fenômeno do turismo. Deste modo, um investimento em capacitações diferenciadas seria fundamental no processo de construção de um programa da CATI de abrangência estadual, orientado à participação qualificada de seus extensionistas no contexto do turismo rural.

Palavras-chave: Extensão rural. Turismo rural. Turismo sustentável. Estado de São Paulo. CATI.

ABSTRACT

The contemporary extension comes across a rural area into new ruralities, including the inclusion of tourism, which can make allowance for the reorientation of its technical extension to new practices. The All-purpose Technical Assistance Coordination (from Portuguese, *Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI*), an entity in which the act constituting the extension agents of this study, is the organ of the State Department of Agriculture and Food Supply responsible for actions of public extension with rural producers in the State of São Paulo. The absence of an institutional project focused on the rural tourism constituted motivation to gather aspects of care of the extension of *CATI* demand producers in this area as well as it realizes that there is a concern with a tour that is developed in a more sustainable way. In this sense, the goal of this dissertation was to survey elements on the perception of extension agents to justify the construction of an institutional program covering training activities and planning that will encourage them to expand their awareness and critical review of rural tourism phenomenon as a development vector. The research constituted of a recess, within the set of 645 municipalities of São Paulo, which considered those with rural tourism as prominent activity from two different criteria, resulting in a sample of 87 municipalities. To collect the data we used a questionnaire that sought, in the opinion of extension working with producers in the sampled counties, its profile and it characterizes its performance under rural tourism as well as to know their perception of the importance of the work of this extension segment and on sustainability elements related to tourism. From the collected data it was noted that, in general, the technical team acknowledges the role of the extension service in the context of rural tourism, as well as under the point of view of the development of economic activity, as the role of articulation and mediation that can be assumed by extension. However, this research pointed to some limitations that need to be overcome, namely: motivational issues, partly caused by the lack of incentives from the institution to standardize and to enhance the standard of care demands of tourism; the lack of specific technical knowledge on tourism; the need to increase their knowledge beyond environmental approach in the context of sustainable tourism development, with the expectation aid in understanding the strengths inherent to the phenomenon of tourism conflicts. Accordingly, an investment in differentiated capabilities would be essential in building a *CATI* statewide program, guided to the qualifying holding its extension agents in the context of rural tourism process.

Keywords: Rural Extension. Rural tourism. Sustainable tourism. State of São Paulo. *CATI*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o sexo.....	44
FIGURA 2 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a faixa etária (anos).....	44
FIGURA 3 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a formação profissional...	45
FIGURA 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o vínculo profissional com a CATI.....	46
FIGURA 5 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o tempo de serviço na Casa da Agricultura.....	47
FIGURA 6 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o tempo total de atuação junto à CATI.....	47
FIGURA 7 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em curso de Pré-Serviço.....	48
FIGURA 8 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).....	49
FIGURA 9 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em representações ligadas ao turismo.....	50
FIGURA 10 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo participação em eventos ligados ao turismo.	50
FIGURA 11 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo participação direta na cadeia produtiva do turismo rural.....	50
FIGURA 12 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em cursos na área de turismo ou turismo rural.....	52
FIGURA 13 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo treze tipos de ações de extensão relacionadas ao segmento do turismo rural (questões 20 a 32).....	59
FIGURA 14 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a opinião sobre a importância da atuação extensionista na área de turismo rural.....	65
FIGURA 15 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a motivação para atuar no campo do turismo rural.....	65
FIGURA 16 – Referências a seis dimensões do turismo sustentável presentes na opinião dos participantes da pesquisa.....	71
FIGURA 17 - Referências a sete dimensões do turismo sustentável presentes em ações extensionistas potenciais, segundo opinião dos participantes da pesquisa.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – número de empreendimentos de turismo rural por município.....	35
TABELA 2 – municípios do estado de São Paulo que compõem o universo da pesquisa.....	35
TABELA 3 – Dimensões do desenvolvimento sustentável e alguns de seus indicadores correlacionáveis a unidades de registro contidas nas respostas dos participantes para a questão 34.....	43
TABELA 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo treze tipos de práticas de extensão relacionadas ao segmento do turismo rural (questões 20 a 32).....	58
TABELA 5 – Exemplos de unidades de registro localizadas nos relatos dos participantes, segundo as categorias de indicadores.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CETATE - Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Técnico

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTur - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNTRAF - Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

SEIAA - Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	13
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	17
2.1. EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	17
2.2. TURISMO RURAL E O SERVIÇO DE EXTENSÃO.....	21
2.3. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	26
2.4. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	29
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1. SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	32
3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	37
3.2.1. Aplicação de questionário	37
3.2.2. Entrevistas	38
3.2.3. Análise de documentos	38
3.2.4. Análise dos dados coletados	38
4. RESULTADOS	44
4.1. CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL DOS EXTENSIONISTAS.....	44
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DO EXTENSIONISTA NO ÂMBITO DO TURISMO RURAL.....	56
4.3. IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO EXTENSIONISTA RURAL NO CAMPO DO TURISMO E ASPECTOS SOBRE A MOTIVAÇÃO PARA DESEMPENHO DESTE PAPEL.....	64
4.4. TURISMO SUSTENTÁVEL, NA VISÃO DO EXTENSIONISTA RURAL.....	70
5. CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE 1 – Carta de apresentação e questionário utilizado na coleta dos dados da pesquisa.....	89
APÊNDICE 2 – Relação de perguntas utilizadas na entrevistas.....	93

1. Apresentação

O surgimento de atividades agrícolas diversificadas impulsionadas por novos nichos de mercado, bem como a adoção progressiva de atividades não agrícolas como aquelas ligadas ao turismo e à prestação de serviços, compõem um contexto de reconfiguração que o meio rural passou a sofrer a partir da década de 1980, onde se observa a ocorrência de certas transformações socioeconômicas e uma crescente modernização da agropecuária (SILVA et al., 2002).

Segundo Campanhola e Silva (2000) a possibilidade de se incorporar alternativas econômicas ao meio rural constitui a principal estratégia para melhoria de qualidade de vida do agricultor familiar por meio do aumento de renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções.

Hanai (2009) aponta que o desenvolvimento da atividade turística nos ambientes rurais vem mostrando altas taxas de crescimento, devido principalmente à necessidade da busca de alternativas para aumento de renda por parte dos produtores rurais, aliada à procura pelos visitantes que buscam o descanso e a convivência com a vida rural, sua economia e sua cultura.

Para Rameh e Santos (2011) é fundamental incorporar enfoques ecológicos e socioculturais a processos de desenvolvimento da atividade turística, de modo que estes aconteçam de maneira que se garanta sua viabilidade por um período de tempo indeterminado, sem degradar o ambiente onde se realizam e sem comprometer o patrimônio material e imaterial das comunidades envolvidas – que estejam ancorados em princípios de desenvolvimento sustentável.

Esses princípios têm suas origens na área de ecologia das ciências biológicas, relacionados à capacidade dos ecossistemas de regenerar-se perante agressões antrópicas ou naturais (NASCIMENTO, 2012), ganhando força com a percepção crescente de crises ambientais globais e com as discussões abordadas em conferências internacionais, passando a fazer parte de propostas de transformações e adaptações nas sociedades.

Num cenário onde essa questão permeia discursos de diversos atores sociais e políticos, o turismo surgiria como uma atividade com o potencial de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental (POLES; RABINOVICI, 2010).

Neste sentido, a popularização da ideia do desenvolvimento sustentável combinada com a procura por espaços que proporcionem contato do visitante com seus aspectos naturais

e histórico-culturais, levou diversos atores sociais a divulgar a ideia de que o turismo poderia ser uma atividade sustentável, pois "estaria fundamentado na conservação ambiental, resgate e valorização de objetos e representações culturais, e se constituiria em uma nova opção de emprego e renda para as comunidades receptoras" (CANDIOTTO, 2009, p.49).

Por outro lado, Irving et al. (2005) destacam que as estatísticas positivas do turismo e também o discurso de que este constitui atividade benéfica na geração de emprego e renda e na preservação dos patrimônios natural e cultural, tendem a mascarar ou minimizar possíveis impactos socioambientais e culturais nas comunidades receptoras.

Deste modo, Candiotto (2009, p.56) evidencia que são necessárias mudanças no planejamento, gestão e objetivos do turismo, tendo em vista que "enquanto a atividade turística estiver pautada somente na premissa do crescimento econômico e na manutenção da concentração da riqueza, o próprio discurso do turismo sustentável se manterá vago e distante da realidade".

Como apontam Irving et al.(2005), as mudanças direcionadas a um turismo qualificado como sustentável deveriam ser orientadas por:

(...) um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico.

Considerando o contexto rural, Queiroz (2005) aponta que a crescente inserção da atividade turística nas unidades agrícolas traz consigo alguns questionamentos sobre qual o papel que o poder público deveria assumir no apoio, implantação e fomento dessa atividade, e quais mudanças seriam necessárias para fortalecê-la, no âmbito de estratégia política e de extensão rural.

Pois é justamente nesse panorama que se abre espaço para que o Estado, através do serviço de Extensão Rural, assuma um papel fundamental no estímulo a processos mais sustentáveis de desenvolvimento da atividade turística no meio rural.

Denomina-se extensão rural o serviço público de educação não formal dirigido aos produtores rurais e que envolve processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários (BRASIL, 2004, p.1). Este serviço é representado por um conjunto de entidades ligadas direta ou indiretamente aos setores públicos e também aos não governamentais, sendo reconhecido e

regulado pela União por meio do Sistema Brasileiro de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

Como já foi dito, têm ocorrido importantes transformações econômicas e socioambientais no meio rural. Entre elas destacam-se, além da diversificação da atividade agropecuária (daí emergindo o turismo rural), os fluxos significativos de êxodo rural, as desigualdades sociais, a falta de sensibilização de agricultores para a preservação ambiental e a perda de identidade cultural das comunidades rurais. Estas questões, assim como os ideais de desenvolvimento sustentável, a qualificação do atendimento à agricultura familiar e os enfoques sistêmico e participativo na prática extensionista, vêm a alimentar o debate para propostas de reformulação dos serviços de extensão rural (PINTO, 1998).

Neste sentido, Caporal e Ramos (2006) apontam que atuar nesse cenário demanda uma diferente conduta de trabalho das entidades de extensão rural, onde seus gestores e agentes devem assumir novos papéis que priorizem a ação educativa, democrática e participativa, e que as reflexões sobre novas possibilidades de práticas extensionistas sejam efetivamente objeto de programas e projetos institucionais.

A proposta da pesquisa

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), entidade na qual atuam os extensionistas que constituem o foco deste estudo, constitui o órgão oficial, sob administração direta da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, responsável por ações de extensão rural pública junto aos produtores rurais no Estado de São Paulo.

A inexistência de um projeto institucional voltado ao turismo rural¹ dificulta caracterizar o atendimento dos extensionistas da CATI à demanda dos produtores nesta área, bem como perceber se existe ainda a preocupação com um turismo que seja desenvolvido de maneira mais sustentável.

A partir dessa perspectiva, o objetivo da presente pesquisa foi o de levantar, por meio de uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo, aspectos sobre a percepção dos extensionistas da CATI no âmbito da atuação no segmento do turismo rural, bem como alguns elementos sobre sua preocupação com a sustentabilidade relacionada ao turismo, que permitam fornecer indicativos que justifiquem a necessidade de iniciativas de planejamento, gestão e capacitação profissional da extensão rural no Estado de São Paulo.

¹ Observação a partir de conhecimentos e experiência do autor, que faz parte do quadro de funcionários da instituição, na função de Assistente Agropecuário.

A análise desses elementos permitiu então sugerir que a construção de um programa institucional contemplando ações de capacitação e de planejamento poderá favorecer ao extensionista a ampliação de sua percepção e opinião crítica sobre o fenômeno do turismo rural enquanto vetor de desenvolvimento.

A coleta de dados para a pesquisa ocorreu por meio da aplicação de um questionário junto a técnicos extensionistas das Casas da Agricultura da CATI. Além da aplicação de questionários, também se realizou uma pesquisa bibliográfica e a análise de fontes documentais a fim de melhor fundamentar as reflexões.

Para estruturar a base teórica deste trabalho, buscou-se conhecer o modo como se consolidou a atual práxis extensionista e entender melhor os significados propostos pelos ideais de desenvolvimento sustentável e deste relacionado ao turismo.

Neste sentido, com a finalidade de apresentar um contexto ao estudo, o capítulo 2 apresenta uma caracterização da evolução histórica da extensão rural no Brasil e no Estado de São Paulo, bem como apontamentos de autores sobre a importância da atuação da extensão rural para o segmento de turismo, e sobre o desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo rural.

É importante destacar que não se pretendeu, nesta dissertação, fazer inferências ou trazer contribuições para o debate sobre a relação entre turismo, desenvolvimento e sustentabilidade, mas sim explorar elementos ligados à ideia de sustentabilidade na qual poderia se basear o desenvolvimento do turismo, de modo que eles constituam subsídios para facilitar e enriquecer a análise dos dados coletados pela pesquisa.

O capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados junto ao universo amostral pesquisado, correlacionando-os segundo as temáticas dos questionários e agrupando-os de forma a caracterizar perfis e facilitar reflexões e inferências.

O capítulo 4 apresenta a discussão dos resultados, procurando justificar a necessidade de capacitação para a adoção de práticas extensionistas direcionadas para um turismo rural mais sustentável. Estas informações tornam-se subsídio para a apresentação das conclusões presentes no capítulo 5, que também apresenta duas propostas de referências teóricas nas quais se poderiam se basear futuros treinamentos de extensionistas com enfoque em turismo rural.

2. Contextualização

2.1. Extensão rural no Brasil e no Estado de São Paulo

A Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), apresenta uma definição para o termo “assistência técnica e extensão rural” como sendo:

(...) o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2004, p.1).

Este serviço é representado por um conjunto de ações desenvolvidas principalmente pelos setores públicos, sendo que nos dias de hoje ele também ganha importância junto a outras entidades, como as organizações não governamentais, o setor privado, as cooperativas de grande porte e as empresas fornecedoras de insumos.

Segundo Pettan (2010), em 2009 o Brasil apresentava 532 entidades prestadoras dos serviços de extensão rural credenciadas junto ao Sistema Brasileiro de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), sendo que entre estas, o grupo das instituições estaduais era composto por 27 entidades associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

Peixoto (2008) destaca que o termo “extensão rural” pode aparecer sob três formas de abordagem: a) entendida como instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços aos agricultores nos Estados; b) enxergada como uma política pública (a exemplo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural); c) entendida como processo educativo, envolvendo conhecimentos técnicos ou não.

Por outro lado, a expressão “assistência técnica” refere-se normalmente a serviços sem predominância de caráter educativo, como aqueles prestados por indústrias de insumos e equipamentos, revendas agropecuárias e agroindústrias em situações pós-venda.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa será utilizado preferencialmente o termo “extensão rural”, considerando eventualmente cada uma das abordagens citadas por Peixoto (2008), dependendo do contexto a que se referir.

O conceito de extensão rural encontra seus primórdios nos Estados Unidos, por ocasião da mudança de uma estrutura agropecuária escravista para outra mercantil e

capitalista. Foi oficializado em 1914 como Serviço Cooperativo de Extensão Rural, tendo por finalidade permitir à população rural norte-americana, que não dispunha de escolas agrícolas de ensino formal, o acesso a conhecimentos e práticas agropecuárias e de economia doméstica voltadas à adoção de novos hábitos no desenvolvimento de suas atividades produtivas (BERGAMASCO, 1983).

Segundo Caporal (1991), o extensionismo no Brasil já nasceu com um caráter institucional – seja sob a forma de um conjunto de normas estabelecidas pela sociedade, seja como sinônimo de organização relacionada ou não ao Estado – representando um reflexo do processo de influência do capitalismo monopolista norte-americano sobre o país.

Os modelos e programas de extensão rural se iniciaram no Brasil a partir do final da década de 1940, passando por três períodos principais: num primeiro momento, a extensão rural se relaciona principalmente com os pequenos produtores, assumindo um caráter tutelar e humanitário, preocupado com a melhoria das condições de vida da população rural. Numa segunda fase, a partir do início dos anos 1960, adquire uma postura difusionista-produtivista, acompanhando o momento em que a prioridade do Estado passa a ser a modernização tecnológica da agricultura, e o público preferencial os médios e grandes produtores (PINTO, 1998).

O terceiro período, a partir dos anos 1980 (período de redemocratização do país), configura para a extensão rural o perfil de um humanismo crítico, caracterizado pela evidência da revisão no paradigma produtivista da extensão rural, retomando como prioridade a família rural (emoldurada sob a categoria “agricultura familiar”), porém com uma dimensão menos assistencialista. Este período é caracterizado pela realização de “grandes esforços para a formulação e implantação de uma política de formação extensionista, coerente com o novo papel vislumbrado para a Extensão Rural” (PINTO, 1998, p.23), e atravessou etapas de avanços e também de reveses, para que finalmente em 2004 fossem elaboradas diretrizes para uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual legitimaria os novos princípios e objetivos da extensão rural. Constitui objetivo geral da PNATER:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar², visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004, p.9).

² O conceito de agricultor familiar é definido pela lei nº11.326/2006, que considera para esse perfil algumas características tais como a condição de posse e uso da terra, a predominância de mão-de-obra familiar, o percentual de geração da renda por meio da exploração do estabelecimento rural, entre outras.

Examinando-se com mais atenção o conteúdo da PNATER, pode-se observar que esta política apresenta princípios direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar; ao desenvolvimento endógeno das comunidades rurais, priorizando a democratização de decisões; à abordagem multidisciplinar da extensão rural por meio de enfoques metodológicos participativos, dialético, humanistas e construtivistas; a um novo paradigma tecnológico, baseado nos princípios da agroecologia.

A partir destes princípios, a política vislumbra que a extensão rural seja orientada por algumas diretrizes que preconizam, por exemplo, ações múltiplas, contínuas e articuladas com outros segmentos relacionados ao meio rural; a participação e a gestão compartilhada dos atores sociais; as ações voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania; a valorização dos mercados locais e sua inserção não subordinada no mercado globalizado.

Quer seja orientada pela PNATER ou por outros fatores de influência tais como políticos, econômicos ou ambientais, a atuação da extensão rural junto aos agricultores de maneira geral não mais se restringe à assessoria técnica com fins produtivistas, mas expande suas atribuições para a proposição, articulação e acompanhamento de políticas públicas de desenvolvimento, assim como para a promoção do planejamento integrado de ações que oportunizem, por exemplo, a geração de renda e mais qualidade de vida.

Conforme menciona Pettan (2010, p.336), em meio às conclusões de sua pesquisa sobre a evolução do comportamento do serviço de extensão frente à PNATER, têm ocorrido mudanças na ação dos extensionistas sendo que:

(...) elas são orientadas, predominantemente, mais pelos princípios da ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] agroecológica contidos na atual política nacional de ATER e menos pelos princípios difusionistas e produtivistas do modelo implementado no país na segunda metade do século passado.

No Estado de São Paulo a institucionalização da assistência técnica para a agricultura encontra suas raízes na criação da Secretaria de Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, em 1891, passando então por várias transformações, entre as quais a criação de distritos agrônômicos em 1900, a implantação das Casas da Lavoura em 1942 (que se tornaram a base de todo trabalho de assistência técnica aos agricultores), e culminando na criação da CATI, em 1968, que teria a função básica de implementar a assistência técnica no Estado (PINTO, 1998; LIMA, 2001).

Lima (2001) complementa que no ano de 1981 registrou-se uma transformação na estrutura da CATI, resultando na separação de três áreas de atuação: extensão rural; defesa agropecuária; sementes, mudas e matrizes. A extensão rural passou então a ser definida como uma ação desenvolvimentista baseada no conhecimento da realidade social e econômica da comunidade.

Acompanhando o processo de redemocratização do país e procurando se adequar aos princípios de participação e descentralização propostas pelo governo estadual na década de 1980, a CATI passa por uma revisão em suas diretrizes, na qual enfoque da extensão rural passaria a considerar os agricultores como sujeitos do desenvolvimento. A prática extensionista ganharia então um viés educativo; porém, o que se percebeu é que perduraram as ações de assistência técnica desenvolvimentista, tais como a difusão de práticas de adaptação tecnológica de sistemas de produção, e a extensão rural direcionada ao produto agropecuário e não ao homem do campo em sua esfera social (PINTO, 1998; LIMA, 2001).

A partir de 1988 teve início outra fase de mudanças na extensão rural, após a promulgação da Constituição de 1988. Os municípios adquiriram maior autonomia administrativa e passaram para seu âmbito alguns dos principais serviços públicos básicos, num processo conhecido como “municipalização”.

Em São Paulo, no tocante à extensão rural, este processo iniciou-se a partir de 1990 por meio da criação do Sistema Estadual Integrado de Agricultura (SEIA), que previa a formalização de convênios entre as prefeituras e o Estado, sendo que este repassaria recursos financeiros para a contratação de técnicos, assessoria técnica, treinamento de recursos humanos e a gestão compartilhada de infraestrutura de apoio (PINTO, 1998).

No ano de 1997 a CATI passou por nova reestruturação, resultando na configuração contemporânea, já observada no ano de 2013: uma ampla estrutura de atendimento que abrange 92% dos municípios do Estado, por meio de 40 Escritórios de Regionais de Desenvolvimento Rural e 594 Casas da Agricultura. Estas, por sua vez, constituem os escritórios locais onde ficam sediados os técnicos extensionistas que prestam diversos serviços aos produtores rurais, tais como assistência técnica a sistemas de produção, articulação com outras instituições e divulgação de informações para acesso a políticas públicas, emissão de documentos, venda de sementes e mudas³.

A reestruturação institucional de 1997 atingiu também as diretrizes norteadoras do trabalho da CATI. Tonet (2008) explica que a entidade buscou delinear uma nova visão

³ Informações obtidas no site da CATI (www.cati.sp.gov.br) em 01/10/2013; no Decreto Nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997; e a partir de conhecimentos do autor.

institucional em consonância com a PNATER, e cuja atuação extensionista focasse não somente o produto agropecuário e suas formas de exploração, mas também que se preocupasse com a vertente social do homem do campo.

Este redirecionamento de diretrizes colocou o discurso do desenvolvimento sustentável como tônica das discussões, que culminaram com a definição de uma nova missão institucional, no ano de 1998, durante um encontro de dirigentes regionais da CATI que debatiam um novo modelo de gestão. Constitui a missão institucional da CATI:

Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas (CATI, 1998, p.3).

De acordo com informações obtidas em junho de 2013 junto ao diretor do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Técnico da CATI (CETATE), tem-se que desde o marco de reestruturação da CATI houve de fato esforços institucionais em capacitação para a chamada “nova extensão”. Foram apresentados e discutidos com os extensionistas princípios de desenvolvimento sustentável, assim como novos enfoques metodológicos e aspectos relativos à gestão e à participação (incluindo metodologias participativas de trabalho), em consonância com as diretrizes orientadoras propostas pela PNATER. Entre as ações de formação destacam-se os Cursos de Formação Básica para Extensão Rural, conhecidos como “cursos de Pré-Serviço”, oferecidos aos técnicos ingressantes no quadro funcional da instituição e que representam um importante fator de preparação para a prática extensionista.

Em contraponto, Pinto (1998, p.20) observa que, apesar da nova missão institucional ter sido amplamente divulgada entre os técnicos da CATI, “seu enunciado não veio acompanhado de uma conceituação do que seja para a CATI o desenvolvimento rural sustentável”. Deste modo, o autor aponta que se tornou um grande desafio da extensão rural a superação dos limites na formação extensionista, esta voltada a um novo profissional que esteja preparado para interagir com as comunidades rurais e construir com elas o próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

2.2. Turismo rural e o serviço de extensão

No ano de 2004 o Ministério do Turismo (Mtur) elaborou um documento que ofereceu a todos os atores envolvidos no segmento do turismo rural algumas diretrizes que se propunham ser “norteadoras para a convergência de políticas e de ações no processo de ordenamento do Turismo Rural no país como atividade capaz de agregar valor a produtos e

serviços no meio rural e contribuir para a conservação do meio ambiente e valorização da ruralidade brasileira” (BRASIL, 2004, p.7).

Neste sentido, o MTur definiu diversos marcos conceituais relativos ao turismo, destacando-se entre eles:

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Brasil, 2003, p.11).

Apesar da objetividade da mensagem contida nesta concepção de turismo, Rodrigues (2000) comenta que antes de se iniciar qualquer reflexão sobre o turismo rural no Brasil é preciso ultrapassar a imprecisão de conceitos que parece estar vinculada à tentativa de classificações baseada em parâmetros europeus.

Candiotto (2010) explica que muitos conceitos são importados da literatura estrangeira sobre turismo rural, a qual muitas vezes considera como sendo “turismo rural”, de maneira geral, qualquer modalidade de turismo realizada no meio rural.

Para o autor, porém, a ideia de turismo rural no Brasil diferencia-se da noção de turismo no espaço rural, que tende a englobar todas as atividades de turismo além daquelas ligadas à produção agropecuária.

(...) o turismo rural está necessariamente vinculado às características do meio rural (produção agrícola e/ou pecuária, paisagens rurais com vegetação nativa e secundária, arquitetura rural, o contato direto com o modo de vida dos habitantes do campo e com os animais, a culinária da “roça”, entre outras). Por conseguinte, os empreendimentos que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural, mas que estão inseridos no espaço rural, fazem parte do turismo no espaço/meio/área rural e não do turismo rural (CANDIOTTO, 2010, p.11).

Por outro lado, o conceito de agroturismo também se apresenta como importante na diferenciação das atividades turísticas realizadas no meio rural. Candiotto (2010, p.8) entende que o agroturismo contém todos os atributos do turismo rural, destacando-se como diferencial a participação direta dos visitantes em atividades comuns dos agricultores como o plantio e a ordenha, por exemplo. Segundo o pesquisador: "toda a oferta de agroturismo poderia ser classificada como turismo rural, porém nem toda a oferta de turismo rural pressupõe a existência do agroturismo".

Diante dos elementos apresentados, adota-se como componente no contexto do presente estudo a ideia de turismo rural ou mesmo de agroturismo, e não o conceito de

turismo em espaço rural, tendo em vista que este último pode abranger atividades de lazer desconectadas do âmbito agropecuário ou mesmo das ruralidades encontradas no contexto sociocultural das comunidades rurais. Soma-se a esta justificativa o fato de que o público atendido pelos extensionistas da CATI restringe-se ao produtor rural paulista.

Retornando a atenção para o caminho aberto pelo MTur mencionado no início do tópico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu em 2004 o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), que tinha como objetivo principal a implantação e o fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, estimulado principalmente por ações e mediações promovidas pelo serviço de extensão rural (BRASIL, 2004). Este, por sua vez, assumiria essa função à medida que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) abre espaço para as atividades rurais não agrícolas e apresenta diretrizes para nortear ações voltadas ao turismo rural (RAMEH; SANTOS, 2011).

Em síntese o PNTRAF propõe uma articulação de âmbito nacional entre instituições, técnicos e agricultores familiares que atuam no segmento do turismo rural, além de ações de capacitação de extensionistas e agricultores, elaboração de materiais técnico-didáticos e divulgação de ferramentas para gestão de empreendimentos rurais (BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

O conceito de agricultor familiar é definido pela lei nº11. 326/2006, que considera para este perfil algumas características como a condição de posse e uso da terra, a predominância de mão-de-obra familiar na gestão da propriedade e o percentual de renda gerada por meio de sua exploração.

O agricultor familiar que é foco do PNTRAF constitui também o público prioritário das instituições públicas de extensão rural do país; desse modo, se configura uma proposta de conexão entre a instância federal e as esferas do serviço de extensão, apresentando como contexto a inserção da agricultura familiar no segmento do turismo, e propondo um alinhamento de ações junto aos eixos estratégicos do PNTRAF e às políticas definidas pelo Ministério do Turismo.

Considerando estas políticas como referências para as entidades de extensão rural no Brasil, encontram-se na produção acadêmica poucos trabalhos que permitem qualificar, ainda que superficialmente, a atuação de algumas destas instituições de âmbito estadual no campo do turismo.

Em uma pesquisa envolvendo a extensão rural no Estado de Pernambuco, Rameh e Santos (2011, p.54) perceberam que “o apoio governamental ao turismo rural na agricultura familiar está dando seus primeiros passos”, sendo que alguns extensionistas “ainda não conhecem suficientemente a Política [Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural] e praticamente todos desconhecem as diretrizes do PNTRAF”. Os autores mencionam que este desconhecimento contribui para que os técnicos não incorporem às suas práticas ações promotoras de atividades não agrícolas, sobretudo o turismo rural.

Por outro lado, percebe-se que o governo do Rio Grande do Sul tem dado significativa importância ao turismo rural por meio de ações e objetivos bem delineados para a atuação da extensão, norteados não somente pelas políticas de âmbito federal, mas também por programas e legislação construídas no próprio Estado, a exemplo da Lei nº 12.845/2007 que institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado do Rio Grande do Sul.

Ceretta e Santos (2013) comentam que o trabalho com turismo rural pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) gaúcha consolidou-se institucionalmente a partir de 2004, e que desde 2010 a entidade conta inclusive com um profissional turismólogo em seu quadro de funcionários.

Guimarães (2002) aponta que a EMATER do Estado de Minas Gerais trata o turismo rural a partir do encontro de dois interesses: dos produtores que buscam diversificar suas atividades por motivos econômicos, e do serviço de extensão ciente de seu papel para o desenvolvimento rural. A autora menciona que a instituição tem como estratégia de ação o trabalho na base de programas e projetos em regiões onde o turismo rural mostra perspectivas de resultados, e ainda destaca diversas ações realizadas por seus extensionistas, tais como diagnósticos, capacitações, dias de campo e apoio na criação de roteiros turísticos.

Andrade (2012) comenta que ainda são escassos os estudos relativos a turismo rural no Nordeste, em razão do pouco desenvolvimento da atividade na região. Para o autor, os Estados do Nordeste que lhe dão maior relevância são Pernambuco, Bahia e Ceará. No Rio Grande do Norte, região pesquisada pelo autor, o turismo rural vem crescendo muito lentamente, havendo poucos estudos sobre a prática da atividade turística no espaço rural. Na mesma lógica, a atuação dos serviços de extensão no campo do turismo também é incipiente.

Considerando o Estado de São Paulo e permeando os ideais almejados pela nova postura de atuação extensionista já mencionada, é possível notar que a entidade não definiu políticas próprias voltadas à atuação junto aos produtores diante da atividade do turismo, e sequer se integrou efetivamente às diretrizes propostas pelo PNTRAF, considerando-se aqui o

período pós-reestruturação institucional, quando inclusive foi redefinida a missão institucional⁴.

O que se observa nesse período é a realização de algumas ações pontuais voltadas para este tema, entre elas a realização em 2005 de um Seminário Estadual de Turismo e Artesanato Rural na Agricultura Familiar, com a proposta de promover debates e trocas de experiências sobre o turismo rural como ferramenta de desenvolvimento local, e a criação em 2010 de uma Comissão Técnica específica para assuntos relativos ao turismo rural⁵.

Diante de possíveis dificuldades de aproximação entre extensão rural e turismo, emerge uma questão: qual é a importância da participação dos serviços de extensão em processos de desenvolvimento de atividades de turismo por produtores rurais? Ou então: por que a prestação deste serviço público não se restringe à abordagem dos temas técnico-agropecuários, ainda que realizados por meio de estratégias educacionais participativas, deixando que os assuntos do turismo sejam discutidos pelos atores sociais ligados diretamente a este segmento?

Bricalli et al. (2002, p.187) apontam que os extensionistas, ao se envolverem na temática do turismo, podem adquirir importante papel social como “agentes mediadores, que interagem com as famílias, apreendendo a sua realidade e construindo conjuntamente as soluções possíveis a partir das necessidades levantadas”, por meio de metodologias efetivamente participativas que abordem as relações e conflitos entre turismo, cultura, sociedade, meio ambiente e patrimônio.

No caso específico da CATI, o papel de mediação no contexto do turismo rural entre produtor rural e demais atores sociais poderia ainda agregar importância pelo fato da instituição apresentar ampla capilaridade histórica e geográfica em todo o Estado de São Paulo, tornando-se vantajoso e oportuno para esses atores o uso da rede CATI como ponte de aproximação com as comunidades rurais, com vistas à propagação e inserção de propostas de desenvolvimento turístico.

De outro lado, há que se ter precaução quanto ao papel de mediador do extensionista. Deponti e Almeida (2008) apontam que a mediação configura-se pela atuação do agente detentor de um poder institucionalmente reconhecido e que assume a função de aproximar

⁴ Observações a partir da experiência do autor.

⁵ A publicação da Portaria CATI nº11/2010 criou a Comissão Técnica de Lazer e Turismo Rural, que nasceu com os objetivos principais de discutir o planejamento e a gestão do vínculo entre extensão e turismo rural, e participar dos debates sobre o tema turismo rural entre os diversos atores sociais de diferentes esferas.

grupos diferentes com interesses distintos, estabelecendo aí um diálogo entre esses “mundos”, procurando olhar em várias direções ao mesmo tempo. Segundo os autores,

O desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza através de projetos. Os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades, motivações. A importância [da mediação] está em entender o mundo de vida dos locais; as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida, formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação. (DEPONTI; ALMEIDA, 2008, p.11-12)

Deste modo, os autores entendem que reside na essência da função de mediador a capacidade de conhecer e compreender os conhecimentos populares, e este deve agir com discernimento ao se deparar com conflitos originados tanto de diferentes agentes sociais em interação quanto com aqueles resultantes de sua interação com o mediado, já que o próprio mediador geralmente está vinculado a um projeto de desenvolvimento carregado de ideias, intenções e objetivos oriundos da instituição que ele representa.

2.3. A noção de desenvolvimento sustentável

Segundo Nascimento (2012) o conceito de desenvolvimento sustentável encontra seus primórdios em duas áreas: a primeira na ecologia, referindo-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas perante agressões antrópicas ou naturais; a segunda, na área da economia, quando se começa a questionar sobre a durabilidade dos padrões de produção e consumo.

Para o autor, o conceito adquiriu uma dimensão social a partir da percepção de que a pobreza é capaz de provocar impactos ambientais, e ganhou força com a ascensão de crises ambientais globais e com as discussões abordadas em conferências internacionais, nas quais o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser a tônica que norteia propostas de transformações.

Sachs (2002) considera que a construção deste conceito pressupõe uma abordagem teórica multidisciplinar e multidimensional, que levaria à construção de uma racionalidade ambiental a qual, segundo Leff (2001), integraria os princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos e as ações orientadas para a gestão democrática do desenvolvimento, construindo-se e concretizando-se numa relação permanente entre teoria e prática.

De acordo com Romeiro (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser disseminado a partir da década de 1980, por ocasião das discussões iniciadas pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que tiveram destaque no relatório *Nosso futuro comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland, elaborado em 1987.

Para o autor, a ideia indica que a sustentabilidade num processo de desenvolvimento poderia ser atingida com um crescimento econômico eficiente, que levasse em conta a melhoria das condições sociais básicas (por exemplo, melhor distribuição de renda, acesso à saúde e educação) e respeitando-se a capacidade de suporte do meio ambiente, por meio da redução de impactos causados pela produção e consumo.

Nascimento (2012) acrescenta que a ideia do desenvolvimento sustentável tem sido comumente representada por meio de três abordagens ou dimensões – ambiental, econômica e social – popularmente conhecidas como “o três pilares da sustentabilidade” ou o “tripé da sustentabilidade”, e que usualmente tem se tornado o centro dos debates. Porém, o autor destaca que as dimensões política e cultural do desenvolvimento sustentável não podem ser relegadas a segundo plano, uma vez que transformações na economia e em padrões de consumo envolvem necessariamente decisões políticas e mudanças de valores e comportamentos.

Em suas reflexões, Nascimento (2012) põe em evidência a dimensão ambiental do desenvolvimento e supõe um modelo de produção e consumo que seja compatível com a base material em que se assenta a economia, vista aqui como subsistema do meio natural, ou seja, produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua auto-regulação ou capacidade de resiliência.

Solow (2000), ao considerar a questão da finitude dos recursos naturais e, ao contrário dos críticos da economia dominante, considera que o homem é capaz de construir as respostas necessárias a esse desafio sem grandes mudanças sociais, mas sim tecnológicas.

Leff (2001) por sua vez, aponta para a necessidade de reformas democráticas no Estado, de incorporar normas ecológicas ao processo econômico e de criar novas técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades socioambientais geradas pela lógica do capital. Ou seja, defende a ideia de construir uma racionalidade social e produtiva alternativa, incorporando normas tecnológicas, novos instrumentos econômicos, transformações sociais e institucionais para se internalizar os princípios do desenvolvimento sustentável.

O mesmo autor sugere a construção de uma racionalidade ambiental, que demandaria a formação de uma consciência ecológica coletiva, o planejamento participativo na gestão ambiental entre administração pública e sociedade, a reconstrução e aplicação interdisciplinar do conhecimento – incluindo a quebra de paradigmas. A tônica da racionalidade ambiental é questionar a racionalidade científica e econômica enquanto instrumento de dominação da natureza e a percepção desta como uma externalidade do sistema socioprodutivo.

Cavalcanti (2012) concebe o desenvolvimento sustentável como um processo socioeconômico em que se minimiza o uso da matéria e energia e os impactos ambientais, e se maximiza o bem estar, atingindo uma situação de eficiência máxima no uso dos recursos. Propõe a ideia de escalas de sustentabilidade que considera os limites da natureza e da economia.

Nessa mesma direção, Abramovay (2012) também trata sobre os limites ecossistêmicos e a compreensão da vida social a partir de como cada agrupamento humano usa os recursos materiais, energéticos e bióticos, necessários à sua reprodução, enquanto que Sachs (2012) remete à discussão de que o caminho para o desenvolvimento sustentável requer um novo contrato social como sendo a meta primordial de desenvolvimento em longo prazo, com a redução das disparidades sociais através da segurança alimentar e energética.

Nascimento (2012) aponta que uma das correntes de discussão, defendida por autores como Georgescu-Roegen, Herman Daly e Serge Latouche, indica que a humanidade deveria mudar o rumo de seu desenvolvimento, buscando o abandono do crescimento econômico (sendo inclusive admissível um processo de decrescimento), em troca do desenvolvimento da qualidade de vida, expresso pela adoção de novos valores e costumes, com o abandono da moda, do instantâneo, ou seja, a adoção de novos estilos de vida.

É importante ainda ressaltar que tem sido cada vez mais discutido o emergente conceito de sociedades sustentáveis, que prioriza nos debates “a justiça ambiental, a inclusão social, a democracia, os indicadores de qualidade de vida, o conhecimento e a educação” (POLES; RABINOVICI, 2010, p.20), em contraponto à noção de desenvolvimento sustentável, que tem enfoque geralmente economicista neoliberal e baseado na ecoeficiência.

De maneira sintética, em meio à profusão de concepções discutidas pelos pesquisadores, pode-se considerar a noção de desenvolvimento sustentável como uma ideia sistêmica que abrange vários níveis de organização, do local ao planetário, e que está relacionada à continuidade dos processos ecológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, as diferentes correntes de discussão propõem de maneira geral

alternativas de se reconfigurar a civilização e a atividade humana, fazendo reflexões, críticas e debates acerca do atual modelo econômico de desenvolvimento e de propostas e possibilidades para um desenvolvimento diferenciado.

2.4. Turismo e desenvolvimento sustentável

A questão das repercussões da atividade turística sobre o meio ambiente começou a ser discutida com mais intensidade a partir da década de 1970, sendo que os termos sustentabilidade e sustentável relacionados ao turismo ingressaram neste debate a partir dos anos 1990, por ocasião da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio-92 (CANDIOTTO, 2009).

Rabinovici (2009, p.26) aponta que nesta mesma época foram publicados os primeiros textos trazendo esta abordagem, e que posteriormente serão bastante citados “na tentativa de se caracterizar o TS [Turismo Sustentável] em suas muitas variações conceituais e terminológicas, ao mesmo tempo em que inserem definitivamente a preocupação ambiental, social e cultural no Turismo que se pretende sustentável”.

Segundo Candiotto (2009) o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado por diversos segmentos da sociedade e do poder público, muitas vezes associado ao desenvolvimento econômico de algum setor do sistema produtivo, como é o caso do turismo. Derivando desse conceito surge a expressão turismo sustentável, que tem sido abordada como uma nova postura de planejamento e gestão do turismo, na qual são inseridas questões de ordem social e ambiental à vertente econômica.

Porém, esta concepção normalmente prioriza a dimensão econômica, onde há pouco questionamento do modelo de desenvolvimento produtivo e da lógica do crescimento econômico ilimitado, peculiares ao sistema capitalista. É aí que muitos autores abrem caminhos para discussão, não somente da definição de turismo relacionado à sustentabilidade, mas também da instrumentação deste novo ‘fazer’ turístico.

Neste caminho, Candiotto (2009) e Hanai (2012) observam que existe uma heterogeneidade de abordagens na literatura acadêmica sobre sustentabilidade relacionada ao turismo, onde coexistem pesquisadores que mostram posição favorável à ideia de turismo sustentável em contraponto com aqueles que refutam a ideia desta concepção de turismo, defendendo a impossibilidade de se conceber sustentabilidade para o turismo dentro da lógica

capitalista. Isto pode levar à conclusão de que tanto o discurso quanto a prática a respeito desta temática ainda encontram-se em processo de amadurecimento.

Considerando estes argumentos, a presente pesquisa junto aos extensionistas optou por utilizar o termo turismo sustentável, tendo em vista que ele deriva da concepção de desenvolvimento sustentável e esta, por sua vez, foi adotada pela missão institucional da CATI.

Como já foi dito, para efeitos desta dissertação, pondera-se que o foco aqui não é contribuir para o debate sobre a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável, mas sim buscar elementos teóricos inerentes a ela que possam auxiliar na análise dos resultados da pesquisa.

Para tanto, se traz à tona uma ideia de turismo sustentável elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) que aparentemente evidencia preocupação com alguns desses elementos. Para a OMT, o turismo sustentável é:

Aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p.24)

Segundo Hanai (2012, p.211), esta concepção da OMT “amplia os princípios do desenvolvimento turístico à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade”.

O destaque desta definição em relação à postura gestora, ao ambiente, às comunidades receptoras e à manutenção da integridade desses elementos já tenderia a provocar uma reflexão nos atores envolvidos na gestão do turismo, de modo que passem a direcionar “um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural e a dinâmica dos destinos” (IRVING et al., 2005, p.2).

A OMT ressalta que o turismo sustentável deve referir-se a uma ‘condição’, e não a uma modalidade de turismo, em virtude de muitos acreditarem que esta definição aplica-se apenas aos nichos do mercado de menor escala (em contraste ao turismo de massa⁶) e mais

⁶ Deprest (2004) explica o turismo de massa apontando para o desenvolvimento da prática popular do turismo como consequência do crescimento da demanda e da organização do mercado econômico e de transportes. Destaca também o fenômeno da alienação material e ideológica da sociedade industrial, onde a produção e o consumo turísticos são organizados em grande escala, seguindo a lógica capitalista, e onde o turista popular

sensíveis a impactos socioambientais: “*sustainable tourism development guidelines and management practices are applicable to all forms of tourism in all types of destinations, including mass tourism and the various niche tourism segments*”⁷ (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005, p.11). Neste sentido, a Organização afirma que, quando bem administrado, o turismo de grande volume deveria ser tão sustentável quanto o de pequena escala (HANAI, 2012).

Rabinovici (2009, p.28) sugere o uso da concepção de turismo sustentável como uma ideia, uma proposta em construção, e não como um conceito já consolidado. Além disso, a autora aponta que esta concepção deve carregar consigo uma preocupação com o patrimônio cultural e natural, com a localidade, com a participação e com ações que visem aumentar as repercussões positivas da atividade turística, e que ainda se oponha ao denominado turismo de massa, o qual costuma ser “associado ao desenvolvimento puramente econômico da atividade e às transformações e impactos negativos nas e para as localidades”.

Enquanto as correntes de pensamento acerca da sustentabilidade no turismo avançam em sua discussão, a atividade turística continua crescendo de forma significativa, e seguem ocorrendo impactos negativos e conflitos de diversas ordens. É fato que se torna necessário evoluir nas discussões sobre as definições e abordagens, as quais seriam então instrumentalizadas para em seguida aplicá-las às experiências práticas de turismo, esperando-se assim a confirmação de resultados mais sustentáveis ou não (HANAI, 2012).

Sustentabilidade, porém, remete ao longo prazo, e à continuidade e prosperidade de um sistema que respeite os limites dos sistemas maiores do qual faz parte. Também seria para longo prazo a possibilidade de desconstrução da lógica economicista, que seria reconstruída como uma lógica alternativa, onde prevaleceria o respeito à capacidade ecossistêmica de suportar a existência das sociedades e o consenso sobre uma necessidade humana que fosse mais simplista, humanitária, justa e igualitária, e muito menos preocupada com a acumulação de riquezas e manutenção de status social (NASCIMENTO, 2012).

Focando esta demanda de mudanças na área do turismo, urge que elas comecem a acontecer, ainda que com um viés um tanto desenvolvimentista, haja vista o rápido crescimento que o setor tem presenciado (CANDIOTTO, 2009). Pode-se então dizer que,

perde sua “autonomia” de administrar seu tempo livre, de modo que ele “não pensa”, mas sim “pensam por ele” – explicita-se então o domínio da indústria turística sobre o tempo livre das pessoas. Segundo a autora, “o turismo é de massa porque a sociedade também é.” (DEPREST, 2004, p.26).

⁷ “As diretrizes e práticas de gestão relacionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os vários segmentos de turismo de nicho” (traduzido pelo autor).

conforme aponta Irving (2002), as mudanças se iniciariam com a incorporação de novos princípios éticos, novas formas de pensar a democratização de benefícios e oportunidades, e um novo modelo de implementação de projetos que seja centrado em participação e corresponsabilidade.

3. Metodologia da pesquisa

3.1. Seleção da Amostra

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho direciona-se para uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo.

Segundo Triviños (1987) a questão da quantificação da amostragem não é, de modo geral, preocupação prioritária da pesquisa qualitativa, de maneira que ao invés da aleatoriedade ela pode decidir este quesito de forma intencional, considerando uma série de condições para se determinar o tamanho da amostra e garantir sua representatividade, de modo que pode considerar indivíduos que possuam um vínculo mais significativo com o problema a ser investigado. Deste modo, o autor aponta que o uso de amostragem aleatória em algumas pesquisas de caráter qualitativo poderia desprezar o conhecimento prévio da população que porventura o pesquisador possa conhecer.

Neste sentido, para caracterização do universo da pesquisa, realizou-se um recorte a partir do conjunto de todos os 645 municípios do Estado de São Paulo, de modo a considerar na investigação aqueles que apresentaram o turismo rural como atividade de destaque a partir dos dois critérios enunciados adiante, resultando numa amostra de 87 municípios.

A partir do recorte mencionado e com base na justificativa apresentada por Triviños (1987), tomaram-se como sujeitos da pesquisa os extensionistas representantes da CATI que atuam junto aos produtores rurais nestes 87 municípios, sendo que os técnicos pesquisados são servidores da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento pertencentes ao quadro de funcionários da CATI, ou então servidores municipais, disponibilizados pelas prefeituras para realizarem serviços de extensão rural em parceria formalizada com o Estado⁸.

⁸ Informações obtidas a partir de conhecimentos do autor sobre a organização institucional no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Critério 1: municípios onde o turismo rural apareceu como cadeia produtiva prioritária nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).

Para se delimitar o universo da pesquisa diante dos 645 municípios do Estado de São Paulo, realizou-se uma seleção daqueles onde se encontravam formalizados documentos de planejamento denominados Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), cuja vigência compreendeu o período 2010-2013, e que apresentaram o turismo rural como atividade relevante para as comunidades rurais desses municípios.

O conceito de PMDRS tem seus primórdios nos anos 1990, quando o governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento, instituiu o Sistema Estadual Integrado de Agricultura (SEIA) por meio do Decreto nº 32.553/90, sob o argumento de se planejar o desenvolvimento agropecuário em cooperação com os municípios, e também de se obter maior eficiência dos serviços de extensão rural e de ações de defesa agropecuária prestados ao meio rural dos municípios.

O SEIA, que passou a se chamar Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento (SEIAA), foi organizado pelos Decretos nº 35.673/92 e nº 40.103/95, e estabeleceu como instrumentos prioritários a criação de Conselhos de Desenvolvimento Rural em três esferas – estadual, regional e municipal. Nesta última se encaixam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que são compostos por membros da organização de produtores e trabalhadores rurais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da prefeitura municipal, sendo estes Conselhos regidos por legislação municipal própria e autônoma.

Para que os municípios possam efetivamente participar do SEIAA, devem formalizar um convênio com o Estado que tenha entre outros objetivos a integração dos serviços de assistência técnica e extensão rural⁹, sendo que também constitui pré-requisito a elaboração de um plano plurianual de desenvolvimento pelo Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDR). Nota-se que a participação do serviço de extensão rural na elaboração desse plano é garantida, tendo em vista que extensionistas representantes da CATI e aqueles disponibilizados pelo convênio mencionado integram obrigatoriamente os Conselhos de seus municípios.

Tem-se então o surgimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR, sigla à qual se adicionou posteriormente a letra “S” referindo-se ao termo “sustentável”, tornando-se PMDRS). O PMDRS de um município é o referencial que fornece diretrizes para

⁹ O Convênio SEIAA estabelece que o município deve designar servidores de seu quadro ou contratar novos servidores para a execução de atividades de extensão rural – desta maneira, estes profissionais passam a auxiliar a CATI em seus serviços junto ao produtor rural, aumentando sua capacidade de atendimento.

elaboração de programas e projetos específicos voltados ao desenvolvimento econômico e social do meio rural, bem como à conservação e manejo de seus ambientes e recursos naturais. Em sua construção é levantado o panorama contextual do meio rural em suas mais diversas áreas, possibilitando a reflexão sobre problemas e potencialidades para se chegar à definição de diretrizes e estratégias de planejamento.

O modelo de PMDRS adotado pelos Conselhos evidencia entre seus tópicos as atividades econômicas de importância para o meio rural do município, apresentando inclusive diretrizes e propostas para o estímulo a estas atividades. Trazendo o foco para atividades de turismo rural, é possível destacá-las em alguns desses planos, onde lhes são descritas as potencialidades, fragilidades e expectativas de planejamento e desenvolvimento.

No dia 03 de junho de 2013, data em que ocorreu a seleção dos municípios para composição do universo da pesquisa, encontravam-se disponíveis 348 PMDRS relativos àqueles que formalizaram o convênio SEIAA com o Estado de São Paulo¹⁰. Todos eles foram examinados pelo autor, sendo que, desse montante, foram extraídos 43 que apresentaram Planos cujo turismo rural mostrava-se como atividade prioritária passível de planejamento e gestão – esta seleção compõe então a primeira parte do universo da pesquisa.

Critério 2: municípios que mostraram número significativo de empreendimentos de turismo rural tendo como base o ano de 2006, segundo o Guia de Turismo Rural no Estado de São Paulo (ROQUE, 2006).

A publicação mencionada mostrou-se relevante para auxílio na composição do universo da pesquisa porque tem sua origem numa ação conjunta entre a Secretaria de Turismo de São Paulo, a Associação Paulista de Turismo Rural e a Empresa de Pesquisa e Editora Turismo de Campo, que resultou num levantamento realizado entre os anos de 2005 e 2006, expresso por um inventário elaborado a partir da coleta de informações junto aos empreendimentos de turismo rural no Estado, por meio de questionários e também de materiais promocionais impressos e eletrônicos.

Os dados extraídos da publicação e utilizados como critério para seleção dos municípios referem-se à densidade de empreendimentos de turismo rural por município, aqui classificados nas seguintes faixas:

¹⁰ Fonte: *site* da CATI (www.cati.sp.gov.br) e informações fornecidas pela equipe responsável pela gestão e monitoramento dos convênios SEIAA. Acesso em 03/06/2013.

TABELA 1 – número de empreendimentos¹¹ de turismo rural por município

	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
n° empreendimentos	mais de 15	10 a 15	5 a 9	menos de 5
n° de municípios	10	10	34	111

Fonte: elaboração própria, a partir do Guia Turismo de Campo: Turismo Rural no Estado de São Paulo (ROQUE, 2006, p.171).

Para efeitos deste trabalho, realizou-se um recorte a partir dos 165 municípios listados na publicação, selecionando-se aqueles pertencentes às faixas 1, 2 e 3, e desconsiderando possíveis sobreposições com os municípios já apontados pelo critério número 1. Desta forma, chegou-se ao resultado de 44 municípios obtidos pelo critério número 2, que completam o universo da pesquisa, o qual consiste num total de 87 municípios.

Na Tabela 2 pode-se conferir a relação final de municípios após a aplicação de ambos os critérios de seleção. Vale observar que 92% dos municípios selecionados também fazem parte de Roteiros ou Circuitos Turísticos¹² no Estado de São Paulo.

TABELA 2 – municípios do estado de São Paulo que compõem o universo da pesquisa.

Critério de seleção: PMDRS		Critério de seleção: Guia Turismo de Campo	
Município selecionado	Rota ou Circuito Turístico	Município selecionado	Rota ou Circuito Turístico
Águas da Prata	Café com Leite	Agudos	Circuito Centro Oeste paulista
Águas de Lindóia	Circuito das Águas Paulista	Altinópolis	n/a
Amparo	Circuito das Águas Paulista	Araçoiaba da Serra	Itupararanga
Arealva	Circuito Centro Oeste paulista	Bananal	Circuito Vale Histórico Rota da Liberdade
Atibaia	Circuito Entre Serras e Águas Circuito das Frutas	Bragança Paulista	Circuito Entre Serras e Águas
Barra Bonita	Caminhos do Tietê	Brotas	Circuito Chapada Guarani
Botucatu	Pólo Cuesta	Cabreúva	Roteiro dos Bandeirantes Caminho do Sol
Caconde	Café com Leite	Caçapava	Circuito Cultura Caiçara
Casa Branca	Café com Leite	Campinas	Circuito Ciência e Tecnologia Fazendas Históricas Paulistas
Cesário Lange	n/a	Campos do Jordão	Circuito Mantiqueira
Colômbia	Circuito Sertanejo	Cananéia	Circuito Lagamar
Cristais Paulista	Circuito dos Lagos	Cotia	Circuito Taipa de Pilão Circuito Turístico Itupararanga
Cunha	Rota da Liberdade	Dourado	Fazendas Históricas Paulistas
Espírito Santo do Pinhal	Café com Leite	Garça	n/a
Itatinga	Pólo Cuesta	Guaratinguetá	Circuito Turismo Religioso Rota da Liberdade
Joanópolis	Circuito Entre Serras e Águas	Holambra	n/a

continua...

¹¹ A publicação considerou como empreendimentos de turismo as propriedades rurais que apresentaram pelo menos uma modalidade de visitação, hospedagem ou gastronomia.

¹² A definição de roteiros e circuitos turísticos encontra-se publicada no Decreto nº 48.543, de 25 de setembro de 1967, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Critério de seleção: PMDRS		Critério de seleção: Guia Turismo de Campo	
Município selecionado	Rota ou Circuito Turístico	Município selecionado	Rota ou Circuito Turístico
Lindóia	Circuito das Águas Paulista	Ibiúna	Circuito Turístico Itupararanga
Mococa	Café com Leite Fazendas Históricas Paulistas	Indaiatuba	Circuito das Frutas
Mongaguá	Circuito Costa da Mata Atlântica	Itatiba	Circuito das Frutas
Monte Alegre do Sul	Circuito das Águas Paulista	Itú	Roteiro dos Bandeirantes Fazendas Históricas Paulistas
Nazaré Paulista	Circuito Entre Serras e Águas	Itupeva	Circuito das Frutas
Ocauçu	n/a ¹³	Jaguariúna	Circuito das Águas Paulista Circuito Ciência e Tecnologia
Pedra Bela	Circuito Entre Serras e Águas	Jarinu	Circuito das Frutas
Pedreira	Circuito das Águas Paulista Circuito Ciência e Tecnologia	Jundiá	Circuito das Frutas
Pereiras	n/a	Juquitiba	n/a
Peruibe	Circuito Costa da Mata Atlântica	Mairiporã	Circuito Entre Serras e Águas
Pinhalzinho	Circuito Entre Serras e Águas	Paraibuna	Circuito Cultura Caipira Circuito Turístico
Piracaia	Circuito Entre Serras e Águas	Piedade	Itupararanga
Piraju	n/a	Pindamonhangaba	Circuito Mantiqueira Rota da Liberdade
Piratininga	Circuito Centro Oeste paulista	Piquete	Circuito Mantiqueira Rota da Liberdade
Quadra	n/a	Salesópolis	Circuito Caminho das Nascentes
Ribeirão Corrente	Circuito dos Lagos	Santa Rita do Passa Quatro	n/a
Ribeirão Grande	n/a	Santana do Parnaíba	Circuito Taipa de Pilão Roteiro dos Bandeirantes
Rifaina	Circuito dos Lagos	Santo Antonio do Pinhal	Circuito Mantiqueira
Salto	Roteiro dos Bandeirantes Fazendas Históricas Paulistas	São Bento do Sapucaí	Circuito Mantiqueira
Santa Isabel	Circuito Caminho das Nascentes	São João da Boa Vista	Café com Leite
Santo Antonio da Alegria	n/a	São José do Rio Pardo	Café com Leite
São Miguel Arcanjo	n/a	São Luiz do Paraitinga	Circuito Cultura Caipira Rota da Liberdade
São Sebastião da Gramma	Café com Leite	São Pedro	Caminho do Sol
Serra Negra	Circuito das Águas Paulista	São Roque	Circuito Taipa de Pilão Circuito Turístico Itupararanga
Suzano	Circuito Caminho das Nascentes	Socorro	Circuito das Águas Paulista
Tambaú	Café com Leite	Taubaté	Circuito Cultura Caipira Rota da Liberdade
Tatuí	n/a	Tremembé	Circuito Cultura Caipira Rota da Liberdade
		Valinhos	Circuito das Frutas

Fonte: elaboração própria, a partir do Guia Turismo de Campo: Turismo Rural no Estado de São Paulo (ROQUE, 2006, p.171) e da análise dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).

¹³ Nota do autor: n/a – não se aplica, ou seja, município não faz parte de roteiro ou circuito turístico.

3.2. Procedimentos de coleta dos dados

3.2.1. Aplicação de questionário

Como instrumento principal de coleta dos dados da pesquisa optou-se pela aplicação de um questionário contendo 30 questões fechadas e 4 questões abertas (Apêndice 1).

Segundo Gil (1999) o uso do questionário permite conhecer opiniões, crenças, sentimentos, expectativas e interesses das pessoas, destacando-se como vantagens a possibilidade de se atingir um maior número de participantes mesmo que dispersos em extensa área geográfica, além de garantir o anonimato das respostas e permitir que se responda no momento em que se julgar mais conveniente, oferecendo mais liberdade às pessoas para expressem suas opiniões do que numa entrevista pessoal. Por outro lado, entre as limitações o autor aponta que pode haver um baixo retorno de respostas, o que prejudicaria a representatividade da amostra, e também respostas comprometidas devido à incompreensão do sentido das perguntas.

O questionário utilizado na pesquisa teve as seguintes finalidades:

a) caracterizar o perfil dos participantes do estudo por meio de perguntas de ordem pessoal e profissional (sexo, idade, formação, entre outras);

b) caracterizar a atuação dos extensionistas no âmbito do turismo rural, utilizando-se para esta finalidade um conjunto de questões que apresentaram algumas práticas hipotéticas de extensão e que perguntaram se estas têm sido realizadas pelos participantes;

c) conhecer a opinião dos participantes, por meio de questões do tipo “abertas”, sobre a importância do trabalho do extensionista neste segmento, bem como suas motivações e limitações para nele atuar, e ainda sua percepção sobre elementos de sustentabilidade relacionada ao turismo.

O questionário foi enviado por meio eletrônico aos técnicos participantes, sob o formato de um formulário contendo uma carta de apresentação (Apêndice 1), para ser respondido diretamente pela internet, de modo que as respostas eram recebidas automaticamente pelo pesquisador. A coleta das respostas ao questionário aconteceu durante o período de 23/08/2013 até 07/10/2013.

O percentual de questionários respondidos foi bastante satisfatório sendo que, entre os 87 extensionistas atuantes nos municípios amostrados, 74 (ou seja, 85%) responderam à pesquisa.

3.2.2. Entrevistas¹⁴

De modo a enriquecer os argumentos das reflexões construídas durante a pesquisa, e ainda visando evidenciar aspectos revelados pelos dados coletados por meio dos questionários sob enfoque na capacitação técnica para o turismo, foram feitas entrevistas adicionais por telefone com alguns dos extensionistas pesquisados (Apêndice 2).

A seleção destes técnicos foi aleatória, porém considerou garantir tanto a opinião de técnicos que responderam no questionário que nunca participaram de cursos voltados ao turismo (seis entrevistados), quanto os que disseram já ter participado (três entrevistados). As entrevistas foram realizadas durante os meses de abril e maio de 2014, sendo que foram entrevistados nove extensionistas.

3.2.3. Análise de documentos

Além dos questionários e entrevistas, também foram utilizadas algumas fontes documentais para coleta de dados, tais como os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios selecionados, normas, leis e políticas públicas relacionadas à extensão rural e ao turismo.

3.2.4. Análise dos dados coletados

Para a caracterização do perfil dos extensionistas participantes da pesquisa aplicou-se uma operação estatística simples em relação às perguntas fechadas do questionário (questões de número 1 até 17), obtendo-se como resultado as frequências e porcentagens das variáveis mensuradas, sendo estas expressas por meio de gráficos circulares ou de barras.

O mesmo procedimento foi adotado para o tratamento das respostas às questões de número 20 a 32, também do tipo fechadas e que tratam da atuação do extensionista no campo do turismo rural. As frequências das respostas foram apresentadas sob o formato de uma tabela e também de gráficos circulares agrupados para se facilitar a leitura dos dados.

Para o exame das respostas às questões de número 18, 19, 33 e 34 (que são do tipo abertas) utilizaram-se dois procedimentos metodológicos. No primeiro, relativo às questões 18 e 19, as respostas fornecidas para a primeira parte de cada questão foram tabuladas gerando frequências e porcentagens que foram expressas por meio de gráficos circulares. Em

¹⁴ Nota do autor: optou-se neste trabalho por preservar a identidade dos extensionistas pesquisados. Portanto, seus nomes ou referências a seus locais de atuação não foram revelados nos trechos da dissertação onde houve transcrição de seus depoimentos e opiniões.

seguida, realizou-se uma análise das justificativas contidas nas mensagens, confrontando-as com referências encontradas na literatura.

Para o segundo procedimento, relativo às questões 33 e 34 e que será especificado adiante, lançou-se mão do método da análise de conteúdo, cujas aplicabilidades destacadas por Gomes (2004) são a verificação de hipóteses ou problemas estabelecidos previamente ao trabalho de investigação, e também a descoberta de elementos escondidos por trás dos conteúdos manifestos. Segundo o autor, estas duas funções podem se complementar e também ser aplicadas em pesquisas de natureza quantitativa ou qualitativa.

De acordo com Bardin (1979) o procedimento de análise de conteúdo consiste de modo geral em três polos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados e interpretação.

A fase de pré-análise tem como objetivo sistematizar e tornar operacionais as ideias iniciais por meio da escolha dos documentos que serão analisados (e que fazem parte de um universo pré-determinado), da formulação de hipóteses e objetivos que irão dimensionar e direcionar a análise, e ainda da elaboração de indicadores que possam fundamentar a interpretação final (BARDIN, 1979).

Os indicadores são fundamentais à medida que consideramos um texto como uma manifestação contendo índices que surgirão com a análise, e a seleção criteriosa destes índices permitirá a construção de indicadores precisos e seguros. Segundo o autor:

(...) o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se se parte do princípio de que este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido (caso da análise sistemática quantitativa), o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta (BARDIN, 1979, p.100).

A etapa seguinte da análise de conteúdo, chamada de exploração do material, consiste em procedimentos de codificação que acontecem em função das regras estabelecidas na fase anterior e compõem etapas de recorte, enumeração e agrupamento/classificação (BARDIN, 1979).

A codificação pode ser entendida como o tratamento do material de modo a transformar os dados brutos do texto por meio de recortes, para se atingir uma representação do conteúdo (ou de sua expressão) que seja passível de enquadrarem-se como índices. Às unidades recortadas o autor denomina unidades de registro, que correspondem às unidades de

significação passíveis de categorização e de contagem frequencial. Sua delimitação pode ocorrer sob diversas dimensões e naturezas, sendo destacadas: a palavra (palavras-chave, palavras-tema) ou frase; o tema (que representa um recorte do sentido implícito num termo); o objeto (ao redor do qual o discurso se organiza); o acontecimento; o documento por inteiro.

Bardin (1979) aponta que a análise de conteúdo pode possibilitar uma dupla abordagem: quantitativa, baseada na frequência de aparição de certos elementos da mensagem, e qualitativa, quando foca em indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências pelo pesquisador. No entanto, diz o autor:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses (BARDIN, 1979, p.115).

Deste modo o autor menciona que a análise qualitativa é caracterizada pelo fato das possíveis inferências serem fundamentadas na presença de índices (ou unidades de registro), e não sobre a frequência de sua aparição. Por este motivo o autor aponta para a necessidade de cautela ao se fazer a análise do conteúdo sob este enfoque, em virtude, por exemplo, do aumento do risco de erro, já que esta abordagem lida com elementos isolados ou com frequências fracas.

A terceira fase da análise de conteúdo ocorre, de modo geral, a partir de princípios de um tratamento quantitativo no qual os resultados brutos são submetidos a operações estatísticas simples ou mais complexas, de maneira a serem significativos e válidos para interpretação e confronto com as hipóteses e objetivos. Além do mais, esse tratamento permite estabelecer quadros de resultados, diagramas e tabelas que põem em destaque as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1979).

- **Procedimento para análise de conteúdo das questões número 33 (“Em sua opinião, o que é turismo sustentável?”) e número 34 (“Considerando seu papel de extensionista, que orientações você daria a um produtor, a fim de que ele pudesse realizar atividades de turismo rural em sua propriedade de maneira mais sustentável?”)**

A etapa de pré-análise do procedimento consistiu na definição de indicadores para os quais posteriormente se buscariam as unidades de registro correspondentes, contidas nas respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa.

A escolha dos indicadores orientou-se por meio do objetivo geral da análise, que foi constatar a percepção dos técnicos pesquisados sobre elementos de sustentabilidade presentes no desenvolvimento da atividade turística adjetivada como sustentável, e fundamentou-se na hipótese de que esta percepção é carente de ser enriquecida com novos conhecimentos.

O objetivo específico da análise das duas questões foi detectar na opinião dos técnicos, respectivamente, a sua noção de turismo sustentável e a sua intencionalidade em realizar ações de extensão rural sob este enfoque, dado que na questão 34 lhes foi apresentada uma situação hipotética de prática extensionista.

Desta maneira, foram escolhidas como indicadores as seis dimensões do desenvolvimento sustentável elencadas por Caporal e Costabeber (2002), em sua análise multidimensional do desenvolvimento sob a ótica da Agroecologia¹⁵.

Para estes autores, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como a capacidade de um etnoecossistema (inclui-se aí a dimensão cultural humana) em manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo. Neste sentido, eles propõem que o desenvolvimento rural deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em seis dimensões básicas relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para melhor entendimento da abordagem, os autores explicam alguns aspectos a serem considerados em cada uma dessas dimensões (Caporal; Costabeber, 2002, p.79):

1) dimensão ecológica: relaciona-se com noções de conservação da base de recursos naturais enquanto condição fundamental para a continuidade de processos de reprodução social, econômica e cultural das sociedades;

¹⁵ Para os autores, a Agroecologia é um enfoque científico que reúne diversos campos de conhecimento visando à construção e expansão de novos saberes socioambientais os quais irão alimentar, num certo horizonte temporal, um processo de transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural para outros mais sustentáveis (Caporal; Costabeber, 2002).

- 2) dimensão social: refere-se à distribuição equitativa da produção e dos custos gerados pelo manejo dos etnoecossistemas, com a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida;
- 3) dimensão econômica: relacionada com a racionalidade no planejamento e execução da atividade econômica considerando fatores que respeitem as dimensões anteriores.
- 4) dimensão cultural: pressupõe a análise, compreensão e utilização dos saberes e valores locais como ponto de partida para processos de desenvolvimento rural;
- 5) dimensão política: permeia os processos participativos e democráticos no contexto do desenvolvimento rural, referindo-se também ao “empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social”;
- 6) dimensão ética: evoca os princípios e valores que enfoquem a solidariedade intra e intergeracional voltada à resolução da crise socioambiental, tendo “como ponto de partida uma profunda crítica sobre as bases epistemológicas que deram sustentação ao surgimento desta crise”.

Especialmente para a questão número 34, acrescentou-se uma sétima dimensão como categoria de análise de conteúdo – a dimensão técnica-turística, escolhida e adaptada a partir de duas propostas de sistemas de indicadores de sustentabilidade para a atividade de turismo rural, apresentadas por Hanai (2009) e por Gomes et al. (2005).

Para o Hanai (2009), os indicadores de sustentabilidade são instrumentos valiosos que podem fundamentar com maior rigor científico o planejamento e a gestão de projetos e políticas de desenvolvimento de atividades de turismo mais responsáveis e sustentáveis.

Na metodologia proposta pelo autor, estes indicadores são categorizados segundo dimensões de desenvolvimento sustentável, sendo que vários deles podem ser correlacionados com ações extensionistas de abordagem junto ao produtor rural as quais, por sua vez, constituem objeto da questão número 34 da pesquisa.

A dimensão adicional leva em conta indicadores com enfoque técnico na área de turismo. Exemplos destes indicadores, que são correlacionáveis a unidades de registro¹⁶ (estas traduzidas em práticas de extensão), encontram-se na Tabela 3.

¹⁶ Nota do autor: a distribuição dos indicadores entre as sete categorias de análise (ou dimensões) escolhidas considera certo grau de subjetividade, tendo em vista que em alguns casos pode haver confusão nesta classificação. O indicador “capacidade de carga turística”, por exemplo, é classificado por Hanai (2009) como integrante da dimensão turística, enquanto que Gomes et. al (2005) os categorizam como item de uma dimensão ambiental.

TABELA 3 – Dimensões do desenvolvimento sustentável e alguns de seus indicadores correlacionáveis a unidades de registro contidas nas respostas dos participantes para a questão 34.

Dimensão	Indicadores correlacionáveis a unidades de registro
Ecológica	Manejo e qualidade da água Manejo dos resíduos sólidos e tratamento de efluentes Conservação de áreas naturais Iniciativas de educação ambiental Minimização dos impactos da produção rural Capacidade de carga turística Manejo e conservação do solo Uso de fontes alternativas de energia Plano de gestão ambiental
Cultural	Valorização de produtos típicos culturais locais Iniciativas para preservação de patrimônios culturais rurais (materiais) Manifestações culturais rurais típicas (imateriais)
Social	Inserção de residentes locais no setor turístico Resgate da auto-estima Acesso dos funcionários à saúde, educação, transporte, lazer Cumprimento das leis trabalhistas
Econômica	Planejamento e gestão econômica do empreendimento Estratégias para sazonalidade turística Interação da produção agropecuária com a atividade turística
Política	Participação e empoderamento no planejamento e gestão Participação em grupos estratégicos (sindicatos, conselhos, comitês)
Técnica-turística	Organização, parcerias e associativismo Capacitação e apoio técnico em turismo Envolvimento com os agentes do setor turístico Recepção e hospedagem Acessibilidade e Segurança Programas de interpretação ambiental e cultural Instalações e facilidades turísticas Elaboração, promoção e comercialização de produtos turísticos Regularização da atividade turística (sanitária, tributária) Busca em outras propriedades por exemplos de melhores práticas

Fonte: adaptado de Hanai (2009, p.373-377) e Gomes et al. (2005, p.325-326)

A próxima fase do procedimento de análise do conteúdo das questões 33 e 34 consistiu no exame das respostas apresentadas pelos participantes, onde foram localizadas as ideias, palavras-chave e termos-chave (ou seja, as unidades de registro) que remetesse aos indicadores selecionados e às suas respectivas dimensões.

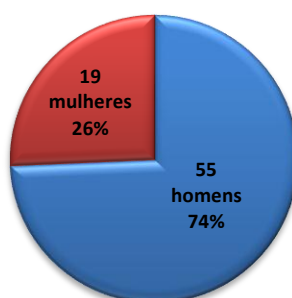
Estes dados foram então tabulados gerando frequências e porcentagens, que foram apresentadas na forma de dois gráficos de barras (relativos às questões 33 e 34, respectivamente), possibilitando a realização da etapa seguinte – análise e interpretação dos dados após seu tratamento.

4. Resultados e discussão

4.1. Caracterização de perfil dos extensionistas

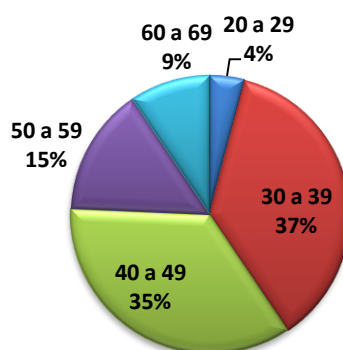
As respostas às perguntas de número 1 a 17 do questionário foram tabuladas em índices de frequência e porcentagem expressos nas figuras elencadas adiante, revelando assim um perfil geral dos participantes da pesquisa.

FIGURA 1 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o sexo.



Fonte: dados da pesquisa.

FIGURA 2 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a faixa etária (anos).



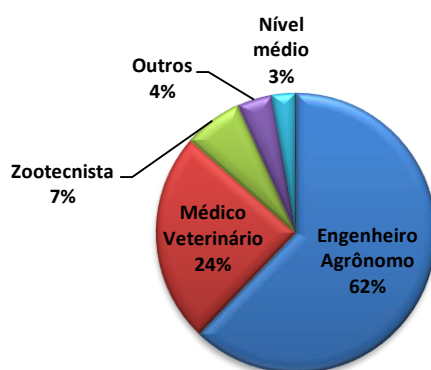
Fonte: dados da pesquisa.

Os dados presentes nas Figuras 1 e 2 revelam que os homens representam a maioria (74%) dos técnicos pesquisados, e que também a maior parte dos extensionistas (72%) situa-se na faixa dos 30 aos 49 anos, porém apenas 4% possui menos de 30 anos. Situação semelhante foi encontrada por Pinto (1998) durante uma pesquisa com outro escopo realizada

também junto a técnicos da CATI, onde o pesquisador apontou que os homens representavam 89% da população amostrada, no ano de 1998.

Comparando-se os dois índices, aponta-se que apesar de ter havido aumento do número de mulheres extensionistas, o gênero masculino continua predominando entre os profissionais de extensão rural que atuam junto à CATI. Conforme observa Pinto (1998), o diálogo da extensão rural com o significativo contingente de mulheres trabalhando na agricultura familiar seria mais efetivo com um maior número de mulheres atuando como extensionistas.

FIGURA 3 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a formação profissional.



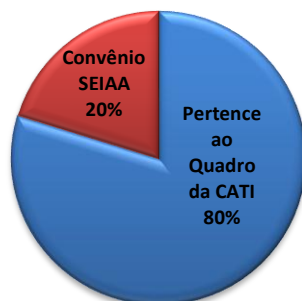
Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 3 mostra que 93% dos extensionistas possuem formação na área de ciências agrárias (engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas, zootecnistas e médicos veterinários), sendo que outras formações de nível superior, as quais constituem apenas 4% da amostragem, provêm das áreas de ciências ambientais (biólogo e engenheiro ambiental) e de ciências econômicas (administrador de empresas).

Percebe-se a partir desta configuração que há pouco espaço para a presença de extensionistas com outras formações além daquelas determinadas nas classes de carreira da CATI (que restringe os cargos aos profissionais das ciências agrárias).

Mesmo no caso dos técnicos conveniados (pertencentes aos quadros dos municípios) não se constatou esta preocupação, haja vista que a amostragem não apresenta nenhum técnico da área de turismo, por exemplo. Segundo Pinto (1998, p.52), “esta predominância de técnicos das ciências agrárias é uma herança da Extensão Rural voltada para a modernização da agricultura, e que agora é chamada a desempenhar um novo papel, porém, com os mesmos quadros profissionais”.

FIGURA 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o vínculo profissional com a CATI.



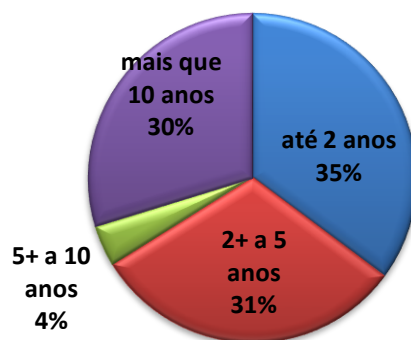
Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que uma parte significativa dos extensionistas amostrados provém de convênios entre a CATI e as prefeituras dos municípios (Figura 4).

Pinto (1998) aponta que esta situação dá abertura para a possibilidade de haver alta rotatividade de técnicos conveniados (já que o convênio permite a livre contratação de técnicos para atuarem como extensionistas¹⁷), o que prejudicaria o desenvolvimento de políticas contínuas de formação e de ação extensionista. Por outro lado, esta possibilidade de renovação de extensionistas conveniados pode ser benéfica quando novos técnicos contratados possuam experiência e/ou formação no segmento do turismo, considerando o escopo desta pesquisa – porém esta situação não é observada na amostragem que considera a formação acadêmica dos extensionistas (Figura 3).

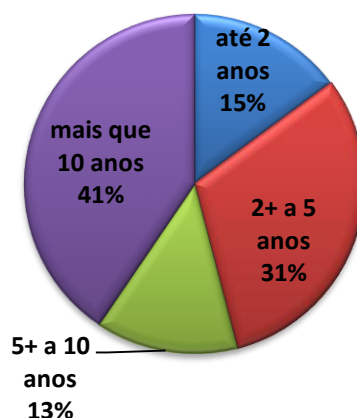
¹⁷ Fonte: informações fornecidas pela equipe responsável pela gestão e monitoramento dos convênios SEIAA na CATI.

FIGURA 5 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o tempo de serviço na Casa da Agricultura.



Fonte: dados da pesquisa.

FIGURA 6 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo o tempo total de atuação junto à CATI.



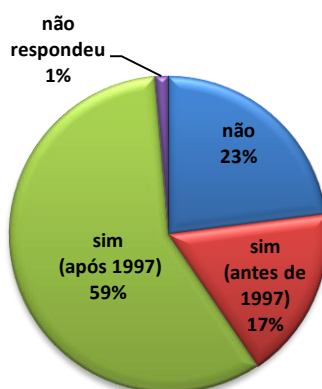
Fonte: dados da pesquisa.

Ao se pressupor que o tempo de trabalho na Casa da Agricultura de determinado município pode ter relação direta com o processo de conhecimento da realidade e de formação de vínculo com comunidades rurais daquela localidade, pode-se observar na Figura 5 que a maior parte dos técnicos atua há menos de cinco anos nas Casas da Agricultura onde estão sediados. Em outras palavras, infere-se que estes técnicos estariam ainda construindo uma postura técnica extensionista em relação a seus públicos e realidades locais.

Observando-se as Figuras 5 e 6, percebe-se que 35% dos técnicos pesquisados atuam há menos de dois anos em suas respectivas Casas da Agricultura, enquanto que 15% possuem

menos de dois anos em experiência como extensionista na CATI. A diferença entre esses valores, grosso modo, pode indicar a ocorrência de rotatividade de extensionistas entre Casas da Agricultura de diferentes municípios.

FIGURA 7 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em curso de Pré-Serviço.



Fonte: dados da pesquisa.

O curso de Pré-Serviço da CATI são realizados após a efetivação de cada concurso público para ingresso de novos extensionistas ao quadro da instituição, sendo a participação obrigatória para estes e opcional para técnicos conveniados¹⁸.

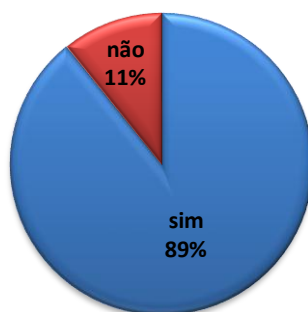
Representam um importante fator de direcionamento para a prática extensionista, e constituem uma preparação na qual são discutidos “os princípios e diretrizes institucionais; conhecidos os objetivos e linhas de ação dos principais programas e projetos em desenvolvimento; estudadas as metodologias de Extensão Rural e apresentados os diversos setores de apoio à ação extensionista” (PINTO, 1998, p.53). Estas ações de formação ganham importância à medida que põem os extensionistas em contato com assuntos muitas vezes não abrangidos pelo ensino superior.

A maioria dos técnicos pesquisados (59%) indicou que participou de curso de pré-serviço após o ano de 1997. Isto é importante tendo em vista que os cursos realizados após esta data tiveram inclusos em seu conteúdo alguns temas relacionados a novas ideologias para a extensão rural. Para exemplificar o fato, observa-se que no num dos módulos do curso de pré-serviço realizado pela CATI no período de 15 a 17 de setembro 2008 foram apresentados

¹⁸ Informação fornecida pelo Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Técnico da CATI (CETATE).

e discutidos os seguintes temas: “Desenvolvimento Rural Sustentável e Extensão Rural” e “Valores humanos e sustentabilidade - das redes neurais às redes de relacionamento”¹⁹.

FIGURA 8 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).



Fonte: dados da pesquisa.

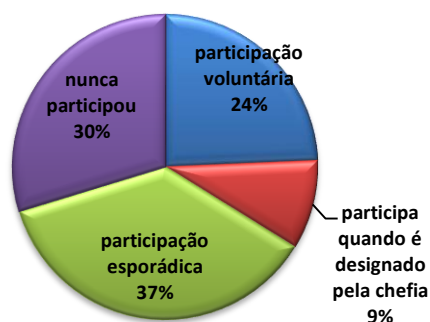
FIGURA 9 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em representações ligadas ao turismo.



Fonte: dados da pesquisa.

¹⁹ Fonte: arquivo do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Técnico da CATI (CETATE).

FIGURA 10 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo participação em eventos ligados ao turismo.



Fonte: dados da pesquisa.

FIGURA 11 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo participação direta na cadeia produtiva do turismo rural.



Fonte: dados da pesquisa.

A análise das Figuras 8, 9, 10 e 11 sugere, de modo geral, o grau de envolvimento dos extensionistas com a temática do turismo rural. A importância de se observar estas informações reside na hipótese de que a participação em órgãos representativos e em eventos específicos do turismo rural poderia auxiliar o extensionista a enxergar e a reconhecer seu papel neste segmento – além de prover contato com novos conhecimentos, atores e informações atualizadas do setor.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de cada município consiste num fórum permanente de debate dos interesses locais relacionados ao meio rural, e seus membros são representantes do poder público, de entidades civis e principalmente dos produtores rurais. O CMDR muitas vezes assume o papel de discutir a temática do turismo

rural, em especial quando não existem conselhos específicos de turismo no município²⁰. Por esta razão a participação do extensionista neste espaço de debates se torna fundamental.

A pesquisa revela que a maioria dos técnicos (89%) participa do CMDR (Figura 8), porém apenas 23% (17 extensionistas entre os 74 pesquisados) participam de representações ligadas especificamente ao turismo (Figura 9), destacando-se os Conselhos Municipais de Turismo (mencionados por 4 participantes) e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente que, assim como os CMDR, podem assumir os debates sobre turismo rural no município.

Observando-se a Figura 10, que na pesquisa considerou a participação em eventos de caráter não pedagógico, é possível verificar que 30% dos técnicos da CATI nunca participaram de evento algum na área de turismo, a despeito destes atuarem em municípios onde supostamente o turismo é evidente na economia do município ou então se mostra como atividade com potencial reconhecido pelo próprio município por meio de ações de diagnóstico ou planejamento. Como já foi comentado, a amostragem de técnicos participantes da pesquisa considerou os municípios que apresentaram tais características. Por outro lado, a maior parte dos extensionistas (70%) respondeu que participa em eventos na área de turismo rural – porém uma parcela considerável dentro deste grupo (52%) o faz esporadicamente.

É também interessante notar, por meio da Figura 11, que parte dos técnicos pesquisados está inserida diretamente na cadeia produtiva do turismo rural independente de suas funções de extensionistas. Neste sentido, alguns deles relataram que comercializam produtos agropecuários (cachaça, mel) diretamente aos visitantes em suas propriedades rurais, outros atuam como fornecedores desses produtos e há aqueles que conduzem visitantes em atividades de turismo pedagógico no meio rural.

²⁰ Fonte: *site* da CATI (www.cati.sp.gov.br) e experiência do autor.

FIGURA 12 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a participação em cursos na área de turismo ou turismo rural.



Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 12 revela que a maioria dos extensionistas participantes da pesquisa não recebeu nenhum tipo de capacitação na área de turismo. Analisando-se as respostas fornecidas por aqueles que participaram de treinamentos nesta área (15%), tem-se que a maioria destes mencionou tratar-se de cursos realizados por outras instituições, sendo os cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) os mais apontados. Por outro lado, o envolvimento da CATI na promoção ou realização de cursos de capacitação em turismo foi pouco mencionado.

Visando melhor caracterizar a questão da capacitação de extensionistas para atuação junto aos produtores rurais no contexto do turismo, realizou-se uma entrevista com alguns dos técnicos que já haviam respondido ao questionário, conforme procedimento descrito no capítulo 3 (metodologia da pesquisa).

Ao serem interrogados sobre a necessidade da CATI investir em capacitações, esses técnicos se mostraram favoráveis a isso, apresentando como argumento geral que o turismo rural é uma atividade econômica que pode agregar renda para o produtor, de modo que o extensionista precisaria compreender melhor o fenômeno do turismo rural (por meio de treinamentos) para assim poder envolver-se neste segmento.

Na opinião de um dos técnicos entrevistados, se houvesse uma preocupação institucional em treinar e orientar os extensionistas, “o produtor poderia atender melhor ao turista, o que isso infelizmente hoje não acontece (...) porque a gente da CATI não foi atrás de ajudar esse pessoal a se capacitar para isso”. Em seu relato, o técnico destacou a falta de apoio institucional considerando que, para os dois cursos que informou ter participado nos anos de 2012 e 2013 (um voltado para a promoção e comercialização de turismo rural e outro para monitoria de turismo na propriedade rural, ambos promovidos pelo SENAR), sua participação

foi voluntária, não havendo incentivo por parte da CATI para isso. Em suas palavras, o técnico alega que “a gente não tem o respaldo da própria instituição”.

Neste mesmo caminho, outro extensionista aponta que “do ponto de vista da instituição ainda existe um certo ‘preconceito’, porque [a CATI] acha que o turismo rural não é uma cadeia produtiva importante (...) o assunto está muito largado, sem uma ação mais forte da instituição (...)”. Deste modo, o técnico expõe um aspecto negativo, de caráter gerencial, ao investimento em capacitações para turismo.

A despeito da carência de investimento institucional em capacitação apontada pelos extensionistas, observou-se a menção a dois cursos onde houve participação de alguns técnicos da CATI, no início da década de 2000: um deles foi promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a participação de extensionistas de vários Estados da Federação, e que teve como objetivo a disseminação das propostas daquele Ministério relativas à ação extensionista para turismo rural. O outro curso foi realizado pela própria CATI, constituindo sua primeira ação de capacitação voltada para a abordagem do produtor e para o planejamento da propriedade rural no contexto do turismo, contando com a participação de técnicos de várias regiões do Estado de São Paulo.

Os entrevistados não souberam responder sobre a continuidade, no âmbito geral da CATI, das ações propostas nestes dois cursos – exceto em relação a seus municípios de atuação, mencionando que as capacitações os ajudaram no atendimento às demandas dos produtores.

Considerando que a opinião geral dos entrevistados apontou para a necessidade de investimento em capacitações pela CATI, foi-lhes perguntado o que eles esperariam que fosse abordado em futuros planos de capacitação para turismo rural.

Entre os depoimentos, é interessante destacar aqueles que denunciam a necessidade da CATI em realizar uma abordagem preliminar da noção básica de turismo rural junto a seus extensionistas, reconhecendo as relações entre este segmento e o setor agropecuário, e ainda evidenciando o papel da instituição perante esse contexto. Como exemplo, são apresentados dois trechos das entrevistas que apresentam estes aspectos:

Acho que não há necessidade de criar um grupo de especialistas em turismo rural; talvez o que a CATI tenha que fazer é falar de turismo rural como oportunidade de negócio, e identificar isso junto com o produtor. Ou seja, o primeiro passo seria falar²¹ de turismo rural dentro da instituição: o que é turismo rural; quais são os caminhos e oportunidades; o que a gente pode

²¹ Nota do autor: grifo nosso, a partir da ênfase dada pelo entrevistado.

oferecer em termos de serviços que são nossos, como por exemplo o crédito rural (...).

Treinamento e atualização em questões técnicas sempre são importantes, pensando o turismo rural como cadeia produtiva: se a gente tem atualização na cafeicultura, na pecuária de leite, tem que ter também em turismo, só que o turismo como não vem tendo [atualização], teria que partir do início, saber o que é o turismo, por exemplo.

De maneira geral, as opiniões sobre possíveis abordagens em capacitações apresentadas nas entrevistas se concentraram ao redor da necessidade de conhecimentos técnicos voltados ao desenvolvimento da atividade turística, tais como orientações sobre a identificação de oportunidades, o planejamento e gestão do empreendimento, o estímulo à organização e formação de parcerias, e a agregação de valor de produtos agropecuários. Entre os relatos dos entrevistados, tem-se como exemplos:

(...) que eu conseguisse me capacitar sobre quais as ferramentas que eu preciso saber para poder auxiliá-los [os produtores] a formar grupos, a implementar na propriedade o que cada um tem de potencial turístico. Às vezes eles não sabem vender o produto deles (...) então mais marketing, estratégia, economia e administração (...), ou seja, o que a gente precisa é um enfoque bem mais gerencial.

(...) saber sobre legislação, não só do turismo rural como do turismo de aventura; também a parte de comercialização do turismo que eu acho que é muito importante e que falta para a gente [os extensionistas] (...)

(...) desenvolver aquela consciência de que uma propriedade pode ter ali a atividade de receber visitantes e que pode engajar quem está no entorno com as coisas que podem ser atrativas como o artesanato ou um doce caseiro, por exemplo.

Uma capacitação voltada para a agroindústria, que o produtor pudesse estar agregando valor nos produtos que ele tem ali, (...) e também se ele tem uma mata na propriedade que poderia estar sendo aproveitada para um passeio, para observação de pássaros (...) eu vejo que é um nicho forte.

(...) aprender a identificar oportunidades ali dentro [da propriedade]. Porque depois que você conheceu o cenário, saber o que é necessário fazer, descobrir quem é o turista que vai visitar e o que ele está buscando, aí você tem uma visão melhor para identificar dentro da propriedade o que você pode oferecer para esse turista. É muito mais uma questão de ensinar a gente a enxergar o que é o turismo e observar as oportunidades para poder ajudar o produtor a enxergar coisas que talvez ele não esteja vendo.

É importante observar que nenhum dos técnicos exibiu preocupação aparente sobre questões sociais e culturais inerentes ao fenômeno do turismo, não as apontando como temas

passíveis de ser abordados em planos de capacitação. Também não foram feitas quaisquer referências a conflitos e impactos ambientais e nem à relação do turismo com o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade ambiental na ocorrência do turismo. Houve apenas uma única consideração sob este aspecto, porém referindo-se à paisagem natural como um potencial produto turístico.

Outro enfoque dado na entrevista foi o de buscar nos técnicos evidências sobre a importância atribuída a capacitações que têm por finalidade conferir conhecimentos específicos do turismo, em comparação àquelas voltadas a práticas de extensão rural de modo geral, porém inseridas no contexto do turismo. Considera-se aqui o pressuposto de que estas últimas poderiam demandar outras posturas do extensionista, além daquela direcionada ao desenvolvimento técnico e econômico da atividade turística numa propriedade rural.

Observou-se por meio dos depoimentos que as opiniões encontraram-se divididas: por um lado, houve técnicos que deram mais peso a capacitações específicas em turismo rural desde que orientadas para regiões que apresentassem maior demanda da extensão para atuação neste segmento. São apresentados como exemplo os seguintes trechos relatados nas entrevistas:

Com certeza [cursos] específicos do turismo, porque a gente já vem com muita capacitação quanto a essas metodologias de extensão rural, e vai muito da sensibilidade do técnico, então eu acho que capacitações em turismo seriam muito mais importantes.

(...) todos os técnicos têm que ter o conhecimento básico do extensionista; já sobre o turismo rural, alguns técnicos, dependendo do município, precisam ter. Eu acredito que eu preciso ter. Fui atrás e vejo que tem muita coisa que é muito específica; então alguém [algum técnico] que está em Valinhos ou em Vinhedo²² tem que ter um conhecimento específico.

Depende da região do Estado; em regiões onde não há turismo rural, acho que o treinamento em turismo é menos importante.

Por outro lado, uma parte dos técnicos deu mais importância para cursos que abordem técnicas e práticas de extensão rural com caráter multidisciplinar (porém ponderando as especificidades técnicas do turismo), voltadas principalmente a posturas mediadoras entre o produtor – bem como sua produção agropecuária – e os atores sociais ligados ao setor turístico. Entre os relatos, são destacados trechos que apresentam algumas das opiniões:

²² Nota do autor: estes dois municípios fazem parte do Circuito Turístico das Frutas no Estado de São Paulo. Localizam-se numa região onde, segundo o técnico entrevistado, a ocorrência do turismo rural é bastante significativa.

Independentemente do setor da agropecuária ou das cadeias produtivas (...) acho que a gente tem que ter treinamentos constantes em extensão rural porque [a extensão] exige demais da gente uma formação em sociologia, em psicologia (...) porque todo o nosso trabalho depende de relacionamento com o agricultor, de construir um canal de confiança do agricultor com a gente, depende da gente entender os anseios do agricultor e, claro, o cenário da agricultura (...). Para a gente conseguir atuar, precisa ter noções mais aprofundadas de relacionamento humano.

Acredito que seja mais proveitoso, mais interessante, o técnico ter esse treinamento voltado para extensão, para abordagem, para se trabalhar com uma abordagem mais ampla do que uma especificamente para turismo (...) porque existe a possibilidade, por exemplo, do próprio SENAR [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural] desenvolver cursos específicos com o produtor (...). Entendo que a gente não teria nem pernas para achar que a gente ia conseguir desenvolver com o produtor estratégias para ele desenvolver o turismo rural na propriedade.

(...) em grau de importância acho que a extensão rural, porque o que a gente acaba confundindo um pouco é a questão de assistência técnica e a extensão rural (...) quando na verdade o que a gente mais tem feito é prestar assistência técnica, porque extensão rural seria mais nessa questão de abordagem (...), entender a situação do produtor, como é que ele tem sobrevivido, as dificuldades do dia a dia para ele estar bem e atender bem essas pessoas [os visitantes].

Talvez fosse enriquecedor para a gente fazer cursos com uma abordagem voltada para turismo (...), mas eu entendo que o principal da nossa atuação é conseguir que esse produtor realmente tenha uma propriedade num nível de desenvolvimento e num nível de produção interessante de ser visto pelo turista.

A partir das diferenças observadas entre os apontamentos dos entrevistados quanto aos conteúdos e focos de abordagem de possíveis planos de capacitação, é possível reforçar a afirmativa de que se faz necessário um investimento institucional neste quesito, o qual poderia uniformizar e qualificar o padrão de atendimento dos extensionistas para as demandas relacionadas a turismo rural, assim como auxiliá-los na compreensão de seus papéis diante dos aspectos positivos e também dos conflitos inerentes ao fenômeno do turismo.

4.2. Caracterização do trabalho do extensionista no âmbito do turismo rural

O conjunto das questões de números 20 a 32 procurou investigar a maneira com que os técnicos pesquisados têm se envolvido com os assuntos referentes à inserção da atividade do turismo rural, em seu trabalho junto aos agricultores. Cada questão apresentou uma possibilidade de ação extensionista nesse contexto, e ofereceu sete alternativas de resposta

para as quais deveria se escolher apenas uma. As opções de respostas se dividiram em três situações:

- a) quando o técnico aponta que tem realizado a ação extensionista apresentada. Neste caso, o participante encontrou três possibilidades de resposta, ligadas a posturas mais ativas (sugerindo uma ação voluntária ou proativa do técnico) ou mais passivas (indicando uma ação orientada pelo atendimento à demanda ou à prioridade de trabalho);
- b) quando o técnico aponta que não tem realizado a ação proposta. Para esta situação, o participante poderia optar por uma entre três justificativas: a inexistência de oportunidade para realizar a ação extensionista; uma incapacidade técnica-profissional para fazê-lo; a noção de que a ação proposta não é de atribuição do extensionista da CATI.
- c) quando a resposta do técnico não se aplica a nenhuma das alternativas anteriores, ou seja, uma opção “outra”. Neste caso, pediu-se que fosse apresentada uma justificativa para a resposta.

A Tabela 4 e a Figura 13 apresentam as frequências das respostas apontadas pelos participantes às questões 20 a 32 após serem tabuladas, possibilitando a análise e a realização de algumas reflexões sobre o cenário encontrado.

TABELA 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo treze tipos de práticas de extensão relacionadas ao segmento do turismo rural (questões 20 a 32).

Questões	Possibilidades de resposta						
	tenho atuado sempre que há oportunidade	tenho atuado em resposta à demanda	tenho atuado apenas quando a demanda é prioridade de trabalho	não atuei, pois ainda não houve oportunidade ou demanda	não atuei, pois não me sinto apto a realizar esta atividade	não atuo, pois creio que não seja minha atribuição de extensionista	outra
Q20. Apoio à divulgação dos treinamentos disponíveis sobre turismo rural.	33	5	4	23	7	1	1
Q21. Orientação do produtor para acesso a programas de crédito para turismo rural.	23	21	7	17	3	1	2
Q22. Orientação para acesso a recursos de programas e projetos disponíveis (públicos ou privados) para turismo rural.	18	23	4	21	4	1	3
Q23. Estímulo à percepção do produtor sobre possíveis conflitos e impactos dentro e fora da propriedade rural, decorrentes da atividade turística.	14	20	4	24	10	2	0
Q24. Interação com órgãos públicos e entidades ligadas ao planejamento e ordenação do turismo na região (exemplos: Conselhos, Secretaria Municipal, Associações, Sindicatos, ONGs).	24	11	9	24	2	2	2
Q25. Orientação dos produtores que desenvolvem atividades de turismo rural, para a integração e cooperação entre si (estímulo ao associativismo).	28	10	4	23	7	1	1
Q26. Orientação de produtores que desenvolvem atividades de turismo rural, direcionada ao relacionamento com a comunidade onde vivem.	22	13	4	26	7	1	1
Q27. Orientação do produtor rural na busca de auxílio a entidades públicas e privadas ligadas ao setor de turismo (exemplos: Conselhos de Turismo, Secretaria Municipal de Turismo, agências e operadoras, ONGs).	19	17	2	30	4	2	0
Q28. Apoio na divulgação de empreendimentos, rotas e circuitos turísticos.	23	12	2	27	4	3	3
Q29. Orientação dos produtores rurais sobre preocupação com a qualidade ambiental do entorno e com a sustentabilidade de seus empreendimentos de turismo rural.	26	20	4	20	3	1	0
Q30. Orientação para adaptar e compatibilizar a produção agropecuária com a atividade turística na propriedade.	25	16	4	22	4	2	1
Q31. Orientação para a comercialização de produtos e serviços do turismo rural (exemplos: artesanato; produtos agropecuários processados; recepção de visitantes).	25	13	3	23	9	1	0
Q32. Participação na elaboração e implantação de projetos de turismo rural em propriedades rurais.	10	12	0	36	11	4	1

Fonte: dados da pesquisa.

FIGURA 13 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo treze tipos de ações de extensão relacionadas ao segmento do turismo rural (questões 20 a 32).

Legenda:

(A) tenho atuado sempre que há oportunidade.

(B) tenho atuado em resposta à demanda.

(C) tenho atuado apenas quando a demanda é prioridade de trabalho.

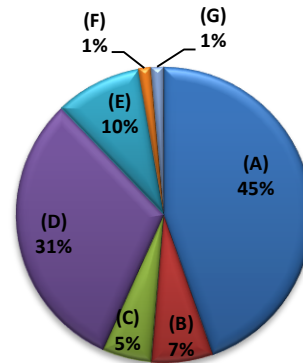
(D) não atuei, pois ainda não houve oportunidade ou demanda.

(E) não atuei, pois não me sinto apto a realizar esta atividade.

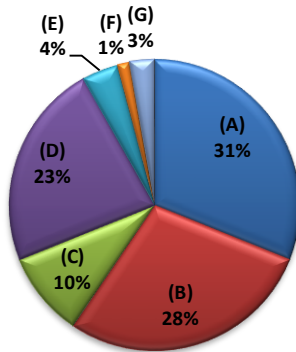
(F) não atuo, pois creio que não seja minha atribuição de extensionista.

(G) outra .

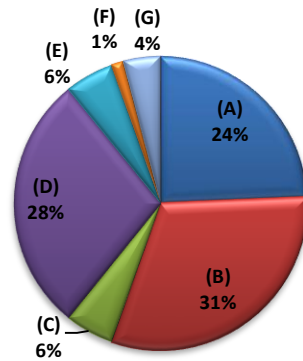
Q20. Apoio à divulgação de treinamentos



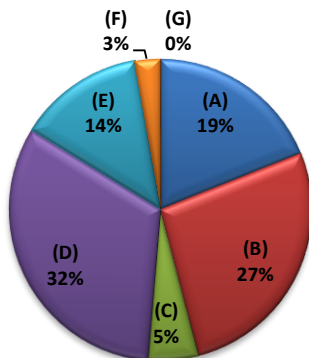
Q21. Orientação do produtor para acesso a programas de crédito



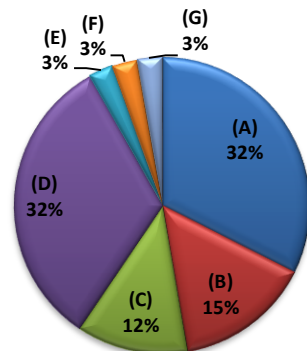
Q22. Orientação para acesso a recursos de programas e projetos disponíveis para turismo rural



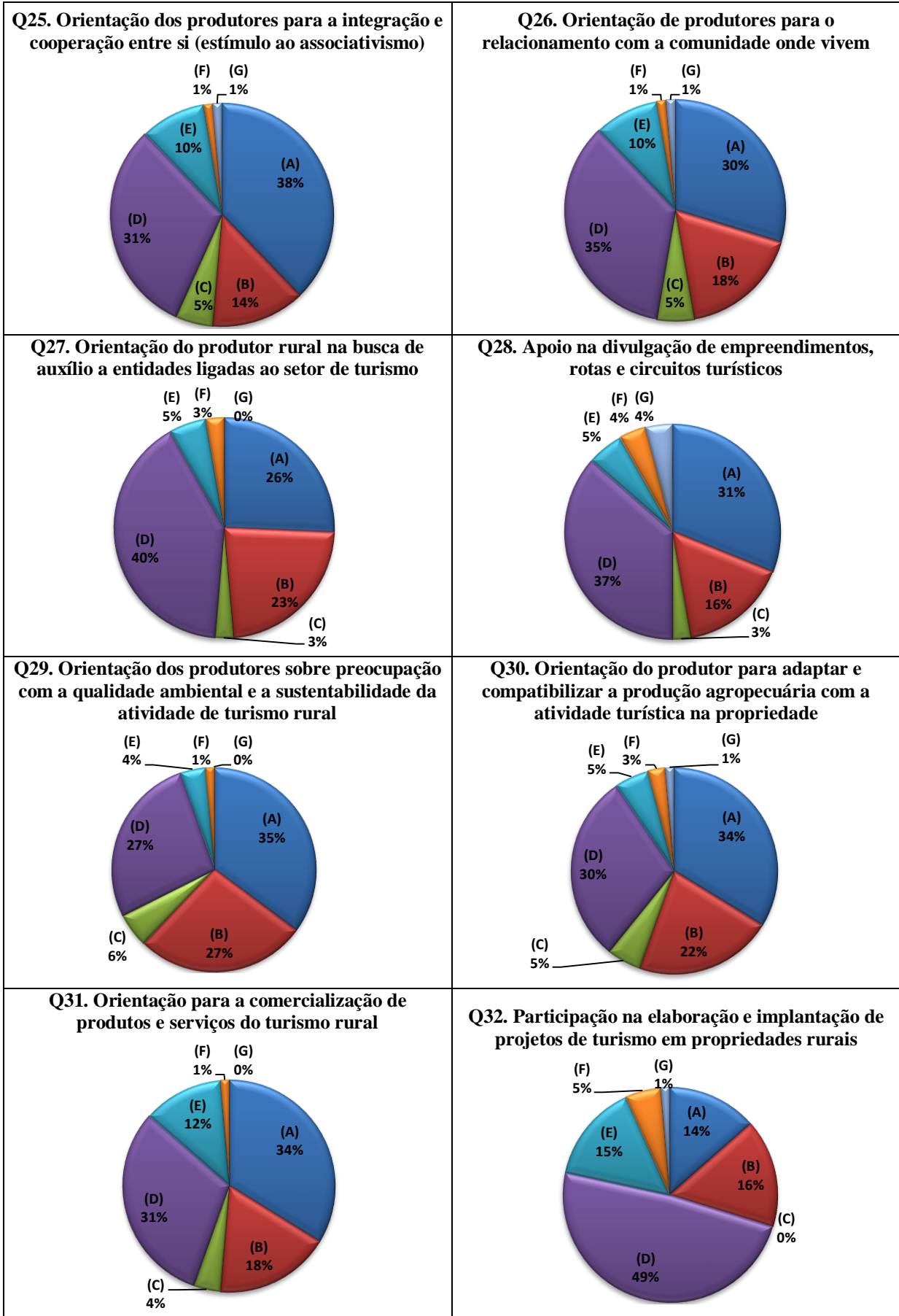
Q23. Estímulo à percepção do produtor sobre possíveis conflitos e impactos dentro e fora da propriedade rural, decorrentes da atividade turística



Q24. Interação com órgãos públicos e entidades ligadas ao planejamento e ordenação do turismo na região



continua...



Fonte: dados da pesquisa.

A partir da análise do conjunto de gráficos se observa que em todas as ações apresentadas a maioria dos participantes informou que as tem realizado (seja de maneira mais proativa ou mais ligada à demanda por fazê-lo), ou então ainda não as realizou por falta de oportunidade²³. Esta situação pode ser percebida em todos os gráficos, onde a frequência somada das respostas com essas características varia de 79% a 95%.

Seguindo nesta mesma linha e considerando-se apenas a soma das fatias correspondentes à resposta “tenho atuado” em cada gráfico (independente da condição de atuação), observa-se que em todos eles esta situação foi bastante apontada, variando de 50% a 69%, com exceção do gráfico Q32 que apresentou 30% de frequência de respostas com esta característica.

Por outro lado é interessante notar que uma porção significativa dos participantes (entre 23% e 49%) indicou que não houve oportunidade ou demanda para atuar nas diversas ações de extensão apresentadas.

Ainda que a quantificação das demandas de turismo rural para o serviço de extensão da CATI nos municípios amostrados não constitua objeto deste estudo, pode-se aqui levantar a hipótese de que a participação do extensionista neste contexto seria desnecessária à medida que a atuação de outros agentes, em especial aqueles ligados diretamente ao segmento do turismo, fosse suficiente para a inserção e o desenvolvimento desta atividade junto aos produtores rurais.

A hipótese pode ser considerada válida quando se referir ao papel do extensionista na promoção da atividade do turismo rural em seu viés puramente econômico: a falta de conhecimentos específicos e a desarticulação com outros agentes do setor, por exemplo, poderiam representar aspectos limitantes ao desempenho deste papel (BRICALLI et al., 2002; RAMEH; SANTOS, 2011).

Por outro lado, seria difícil desconsiderar a presença do extensionista em sua função de mediador para um desenvolvimento rural sob abrangência mais ampla, que considere outros enfoques além do econômico, diante da ocorrência de atividades de turismo.

Froehlich (2000) recorda que o espaço físico e social rural tem sofrido transformações diante de processos de modernização tecnológica e da urbanização, e assim tem adquirido novas funções, passando a ser visto não somente como um espaço de produção, mas também como um espaço de biodiversidade, de lazer e de serviços. Além disso, indica a existência de

²³ É importante ressaltar que o fato de “ainda não se ter atuado” em determinada ação extensionista pressupõe que existe a possibilidade futura de atuação, caso ocorra uma oportunidade ou demanda para isso.

influências e intervenções de agentes externos que têm orientado os agricultores a se adaptar a novas situações sociais que nem sempre lhes são favoráveis nos jogos de forças sociais.

Neste sentido, o autor aponta para a inserção do turismo no meio rural como um fator de reconfiguração do meio rural, carregando consigo e com seus agentes o potencial de ocasionar mudanças conflituosas ou crises de identidade social para os indivíduos nele envolvidos. Perante este cenário, o autor questiona:

Será que, ao lado de parcelas de agricultores que exitosamente se convertem integrando estratégias de inserção mercadológica via turismo, as transformações sociais no rural não vêm afetando outras tantas parcelas de agricultores, no sentido de fazê-los experimentar, em nível existencial, sentimentos de anomia, desconcerto e insegurança? (FROEHLICH, 2000, p.4)

Ao trazer à tona este questionamento, Froehlich (2000, p.4) ressalta que, se de um lado a adaptação do rural a novas funções pode representar uma resposta às suas demandas vitais e produtivas, de outro as exigências de adaptação podem ser vistas por muitos agricultores "como algo que lhes é imposto por representações sociais e relações de força forâneas [*sic*], que os têm forçado a relegar uma histórica relação (de ocupação, de habitação, de trabalho) com a terra".

Neste contexto tornar-se-ia fundamental a presença do extensionista em seu papel de mediador entre o produtor rural e os demais agentes externos portadores do discurso do turismo como indutor de desenvolvimento. Caberia a ele a missão de compreender os diversos aspectos relativos às novas ruralidades resultantes das transformações ocorridas no meio rural, e a partir daí, conforme afirmam Deponti e Almeida (2008), realizar uma mediação de maneira a mais neutra possível, considerando que o próprio mediador é vetor de intenções e discursos provenientes da instituição para a qual trabalha.

Os autores destacam ainda que a postura da mediação não trata simplesmente de provocar a substituição de propostas inseridas "de cima para baixo" por outras "de baixo para cima", sob uma ótica literal de desenvolvimento endógeno, mas sim de redefinir e reorientar o olhar sobre o rural, considerando as interfaces, as redes de interação e as arenas onde se realizam as relações de poder e dominação.

Por meio da Figura 13 se pode observar que a opção de resposta que diz respeito à falta de aptidão para realizar a ação extensionista foi apontada mais vezes para as questões de número 23, 31 e 32 do questionário. Estas questões remetem, respectivamente, à

especificidade do turismo rural em termos de indução de conflitos, comercialização de produtos turísticos e elaboração/implantação de projetos de turismo rural. Em outras palavras, são questões que demandariam, em tese, conhecimentos específicos do extensionista que lhe facilitassem a realização da ação.

Dados apresentados anteriormente mostram que a maioria dos participantes da pesquisa afirma que nunca participou de treinamentos na área de turismo (85%, Figura 12), bem como não faz parte de nenhuma representação ligada a este segmento (77%, Figura 9), e ainda nunca participou (ou então o faz apenas esporadicamente) de eventos sobre turismo rural (67%, Figura 10) – ou seja, estes extensionistas não têm adquirido conhecimentos específicos da área de turismo por meio destas fontes.

Em contraste, o gráfico Q24 da Figura 13 mostra que parte significativa dos participantes (59%) apontou que tem interagido com órgãos públicos ou entidades ligadas ao planejamento e ordenação do turismo. Ou seja: este cenário permite inferir que os extensionistas, diante da incapacidade de atuação no campo do turismo em virtude da carência de certos conhecimentos específicos, se mostrariam favoráveis em interagir com aqueles que os possuem, buscando neles uma parceria voltada à resolução de demandas junto aos produtores rurais. Daí emerge o importante papel de agente articulador ou mediador que pode ser assumido pelo extensionista, conforme destacam Bricalli et al. (2002), Rameh; Santos (2011).

Em se tratando de articulação é possível destacar, por meio da observação do gráfico Q32 da Figura 13, que quase metade dos técnicos (49%) respondeu que ainda não participou da elaboração e implantação de projetos de turismo em propriedades rurais por falta de oportunidade ou demanda. Em meio aos relatos dos participantes, podem-se encontrar algumas justificativas para isso:

No momento não há manifestação por parte da Prefeitura e dos proprietários em relação ao Turismo Rural, na participação da Casa da Agricultura nessa cadeia produtiva (...).

Somente um produtor rural teve interesse (...).

Quando houve uma demanda de turismo rural, não pude indicar programas e projetos, pois não tinha conhecimento de nenhum, então indiquei o Departamento de Turismo do município.

(...) nestes 13 anos de C.A. [Casa da Agricultura], houve apenas uma consulta, mesmo assim para turismo de aventura.

Neste sentido, tanto Bricalli et al. (2002) quanto Solla (2002) ressaltam que o serviço de extensão deveria se empenhar em buscar ativamente pela integração a outros agentes do setor turístico atuantes no meio rural, pois a participação do extensionista viria a ser valiosa para o planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas nas propriedades rurais de maneira mais sustentável, considerando que ele assuma uma genuína postura de agente mediador, já discutida anteriormente.

Comparam-se agora os gráficos Q23 e Q29 da Figura 13, cujas questões apresentam significados semelhantes e que tratam da interação entre extensionista e produtor rural voltada à percepção de aspectos inerentes ao desenvolvimento sustentável do turismo na propriedade e em seu entorno. É possível notar que em relação à questão 23, a qual lança a ideia de conflitos e impactos ocasionados pelo turismo, 14% dos participantes responderam que não realizaram a ação proposta por não se sentirem aptos para tal.

Por outro lado, quando a questão 29 insere o termo “ambiental” nesse contexto, observa-se que apenas 4% dos técnicos apresentaram a mesma resposta. A partir deste cenário lança-se o pressuposto, que será confrontado mais adiante com os dados da pesquisa, de que a percepção dos extensionistas da CATI sobre os possíveis conflitos resultantes da ação do turismo sobre comunidades rurais concentra-se no enfoque ambiental.

4.3. Importância da atuação do extensionista rural no campo do turismo e aspectos sobre motivação para desempenho deste papel.

As questões de número 18 e 19 solicitaram aos participantes que respondessem positiva ou negativamente, o que possibilitou a contagem de suas frequências, resultando nos gráficos a seguir. A análise das justificativas que acompanharam as respostas é apresentada na sequência.

FIGURA 14 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a opinião sobre a importância da atuação extensionista na área de turismo rural.



Fonte: dados da pesquisa.

FIGURA 15 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo a motivação para atuar no campo do turismo rural.



Fonte: dados da pesquisa.

É possível verificar por meio das Figuras 14 e 15 que a maior parte dos técnicos (93%) reconhece a atuação no segmento do turismo rural como atribuição do extensionista, porém um pouco menos da metade (47%) se sente motivada a desempenhar este papel.

Em suas justificativas sobre a importância desse tipo de atuação, os técnicos referem-se principalmente às oportunidades de geração ou aumento de renda para o agricultor, ao vínculo necessário com a produção agropecuária e ao reconhecimento da atividade do turismo rural como uma cadeia produtiva²⁴ inerente ao agricultor e que naturalmente demandaria o

²⁴ Este conceito pode ser encontrado na publicação “Estudo preliminar da cadeia produtiva do turismo rural” do IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2013), disponível em <www.idestur.org.br/pdf/estudo.pdf>. Acesso em 15/10/2013.

serviço de extensão. Também houve referências ao papel do extensionista como articulador de ações, e ainda às dimensões social e ambiental inseridas no contexto do turismo, como possibilidades de abordagem pelo trabalho da extensão.

Aqueles que não consideraram importante a atuação do técnico (6% da amostra) justificaram suas respostas pela falta de capacitação ou habilitação profissional, e também por priorizar o trabalho em prol da produção de alimentos em relação às demais atividades não agropecuárias.

Entre as justificativas encontradas nas respostas, apresentam-se a seguir trechos algumas delas:

(...) devido ao fato de que o empreendedor do turismo rural também é um produtor, sendo assim ele precisa de orientações para produzir melhor.

(...) que a atividade de turismo pode ser, em muito casos, oportunidade de diversificação de renda com efeitos sinérgicos à produção agropecuária (agregação de valor).

(...) seria muito importante se houver por parte dos dirigentes solidariedade para que atuássemos também neste campo.

Porque incentiva a preservação das tradições e dos traços culturais das propriedades rurais.

Acho importante a atuação, uma vez que para haver o turismo rural é necessário que a produção esteja presente, dessa forma podemos contribuir na orientação da produção da propriedade onde há o turismo (...).

Sim. Contudo não existe incentivo para atuação neste segmento dentro da CATI.

O extensionista dispõe de conhecimentos e apoios que somam para o Turismo Rural principalmente no que diz respeito à produtividade e meio ambiente.

Acredito que a extensão pode atuar junto a outros órgãos municipais (...).

A nossa formação não nos dá conhecimentos de atuação técnica.

Não, a produção de alimentos é mais importante.

Não. Acho que os profissionais do Turismo podem trabalhar melhor a atividade.

O Decreto nº41.608/1997 determina as atribuições dos extensionistas da CATI que atuam por meio das Casas da Agricultura junto aos produtores rurais. Elas referem-se ao estímulo ao desenvolvimento rural em ampla abrangência, permeando as atividades rurais

agrícolas e não agrícolas e abrangendo outras temáticas além da técnica e da econômica – deste modo, a própria norma que regulamenta as atribuições dos técnicos justifica a atuação destes junto às comunidades no âmbito do turismo.

Bricalli et al. (2002) justifica o envolvimento dos serviços de extensão rural no campo do turismo à medida que estes podem estabelecer critérios definindo formas de atuação orientadas conforme as peculiaridades e diferenciações encontradas nas atividades desenvolvidas por seu público assistido. No tocante ao turismo rural, podem atuar no sentido de dialogar com as famílias sobre a adequação de suas propriedades rurais perante a visitação turística (abordando, por exemplo, questões de conforto, segurança e sanitárias), bem como sobre o emprego de boas práticas para a produção, processamento e comercialização de produtos agropecuários e de artesanato.

O mesmo autor se refere ainda à abordagem junto aos produtores rurais quanto à valorização da autenticidade e qualidade dos produtos e serviços obtidos pela produção local, bem como o incentivo à sua comercialização. Também destaca a importância da atuação do extensionista como agente mediador, no sentido de apoiar o produtor a buscar parcerias com instituições e empresas ligadas ao segmento do turismo, e a se conectar junto aos órgãos governamentais de turismo para fins de regularização da atividade e apoio institucional.

Ceretta e Santos (2013) observam ainda que a postura mediadora do extensionista orientada à promoção da atividade turística em propriedades rurais deve estar pautada no diálogo baseado na percepção dos aspectos culturais, na valorização histórica e no respeito aos atores envolvidos, reconhecendo-os como protagonistas legítimos da transformação de suas realidades.

Solla (2002) reconhece que, para se vislumbrar este papel num agente de desenvolvimento local, torna-se necessária uma preparação adequada e a aquisição de conhecimentos específicos, além do desenvolvimento de habilidades de liderança, mobilização e diálogo – o que vem reforçar a questão da capacitação de extensionistas no campo do turismo, orientada por princípios pedagógicos de concepção emancipatória, empoderadora e transformadora.

Observando ainda a Figura 14, verifica-se que quase metade dos técnicos pesquisados afirmou estar motivada para trabalhar com turismo, a maior parte em razão deste representar uma oportunidade para o produtor diversificar suas atividades, ou pelo fato de se vislumbrar o turismo como uma atividade econômica potencial a ser desenvolvida na região, ou ainda pela

importância que já representa para o meio rural do município – a motivação, neste caso, aparece ligada à demanda.

Por outro lado, os demais técnicos pesquisados (53%) se mostraram em maior parte desmotivados ou mesmo incertos quanto a responderem sobre sua motivação. Suas justificativas referem-se à falta de qualificação para atuar na área, à perda de motivação por ações anteriores frustradas, à dependência de demanda para gerar motivação, à falta de incentivo institucional ou de corpo técnico envolvido no segmento e à concorrência com outras demandas de trabalho que constam no rol de atribuições do extensionista. Destacam-se a seguir alguns trechos obtidos nos relatos dos extensionistas:

Apesar do potencial do município e de alguns casos já em andamento, por diversas oportunidades tentamos organizar um trabalho voltado para o turismo rural sem o sucesso esperado, talvez por falta de maturidade do grupo, interesses dispersos do grupo (...).

Acho que mais uma atividade, e principalmente esta, que com certeza demanda bastante estudo e dedicação, na agenda dos técnicos poderia comprometer outras atividades que são exigidas dos mesmos no momento.

Não, porque faltam programas e mais técnicos para auxiliarem no desenvolvimento do mesmo no município.

(...) percebi que não tenho qualificação suficiente para trabalhar com pessoas. Minha formação é técnica (...) e o trabalho necessário é em relacionamentos humanos, motivação, gestão de conflitos, empreendedorismo, questões mercadológicas, etc. (...)

Como não foram encontrados na literatura brasileira estudos que relacionem diretamente a motivação de extensionistas com o trabalho na área de turismo em contexto rural, considera-se aqui a hipótese de que os elementos a seguir, apontados por pesquisadores, possam representar entraves que porventura desencadeiem desmotivações, como aquelas relatadas pelos técnicos pesquisados em relação à atuação no campo do turismo.

O segmento do turismo possui caráter multidisciplinar, requerendo do extensionista uma nova postura como agente mediador, que por sua vez demanda investimentos em capacitações que atendam aos novos enfoques da extensão rural diante de seu público (BRICALLI et al., 2002). Em outras palavras, a falta de investimento em qualificação do profissional para encarar os desafios da temática do turismo constituiria fonte de desmotivação.

Segundo Rameh e Santos (2011, p.62), existe de modo geral uma desarticulação entre a extensão estadual e as organizações voltadas ao turismo. Esta carência de parcerias “faz com

que as ações fiquem dispersas e impossibilita os extensionistas de desempenharem o importante papel de facilitar o acesso dos agricultores aos programas federais, estaduais e municipais voltados ao desenvolvimento turístico”. Bricalli et al. (2002) enfatizam que esta barreira precisa ser rompida, de modo que a extensão rural busque ativamente pelas parcerias entre os atores envolvidos com o turismo rural.

Existe também um desalinhamento entre a prática dos extensionistas e a teoria proposta pelos movimentos de construção de novo paradigma de atuação da extensão rural, com especial destaque para a implementação da PNATER, a qual preconiza que as entidades de extensão deveriam orientar-se por novas diretrizes pedagógicas. Este desalinhamento é discutido por diversos autores, entre eles Caporal (1991); Pinto (1998); Lima (2001); Caporal e Ramos (2006); Brosler e Bergamasco (2010); Pettan (2010).

Rameh e Santos (2011) concordam com o fato, afirmando que há carência quanto ao conhecimento e à assimilação dos fundamentos da PNATER e do PNTRAF por parte dos extensionistas, o que contribui para que eles não incorporem às suas práticas ações promotoras de atividades rurais não agrícolas, especialmente aquelas de turismo rural.

Caporal (1991), na busca da identificação de obstáculos às mudanças na prática dos extensionistas afirma que, ao assumir a função de aparelho do Estado, o serviço de extensão passa a sofrer as influências do poder relacional do Estado classista, influenciado pelos interesses das classes dominantes/dirigentes. Persistiria então a atuação assistencialista, produtivista e difusionista no serviço de extensão, em virtude deste refletir a ideologia capitalista.

(...) sob o comando do Estado capitalista as organizações extencionistas (*sic*) tenderão a desempenhar, sempre, o mesmo papel, atuando através de seus agentes-intelectuais subalternos, no sentido do desenvolvimento excludente do capitalismo no campo, agindo mediante um processo educativo disseminador da ideologia burguesa, capaz de abrir caminho para a reprodução das relações capitalistas de produção (CAPORAL, 1991, p.5).

O autor afirma também que os extensionistas assim como muitos outros profissionais, de maneira geral em sua rotina de trabalho, tendem a reduzir seu tempo de reflexão sobre sua própria prática e sobre os resultados de seu trabalho, em detrimento de uma maior e mais eficiente função de puro executor de tarefas (CAPORAL, 1991).

As assertivas de Caporal podem ser confrontadas e tidas como verdadeiras em algumas das respostas dos técnicos que participaram da pesquisa e que disseram estar desmotivados para trabalhar com turismo. Nestas frases, os técnicos tecem algumas reflexões pessoais sobre suas práticas extensionistas, indagando sobre sua potencial (e não

necessariamente efetiva) atuação no campo do turismo. Ao mesmo tempo eles desconstruem estas considerações ao colocarem suas atribuições tradicionais demandadas pela instituição como prioritárias, que consomem toda a jornada de trabalho, não restando tempo para outras demandas como as de turismo rural – e daí emergindo uma desmotivação. Destaca-se a seguir um dos relatos que exemplifica claramente esta situação:

O turismo rural em meu município, apesar de que a maioria dos estabelecimentos interessados tenha passado por todos os treinamentos disponíveis (SENAR, SEBRAE, etc), ocorre de forma desarticulada no conjunto, cada proprietário procura resolver seus problemas de forma isolada, esse individualismo dificulta, no meu modo de ver, o desenvolvimento da cadeia. Este seria um elo que poderia ser trabalhado pela extensão rural (associativismo), mas me preocupa abraçar mais uma frente de trabalho, dado ao volume e generalidade de serviços que as casas da agricultura atendem.

Observa-se então nesse depoimento um conflito reconhecido pelo próprio extensionista, onde há a intenção de envolvimento para a busca de soluções, porém esta intenção é desconstruída por aspectos de natureza institucional, conforme aponta Caporal (1991).

4.4. Turismo sustentável, na visão do extensionista rural

Solicitou-se aos participantes deste estudo, por meio da questão número 33 do questionário, suas opiniões sobre o que entendem por turismo sustentável. Conforme o procedimento de análise de conteúdo descrito no capítulo 3 referente à metodologia da pesquisa, as unidades de registro (termos ou palavras-chave) contidas nas respostas foram organizadas e classificadas segundo seis dimensões do desenvolvimento sustentável.

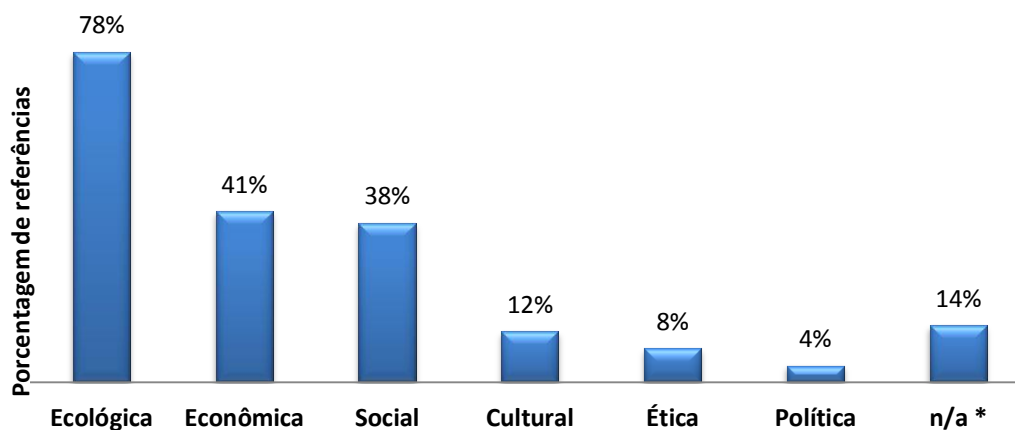
Algumas destas unidades de registro, a título de demonstração, encontram-se na Tabela 5, sendo que os resultados após o tratamento dos dados (tabulação e geração das frequências de aparição) são apresentados na Figura 16.

TABELA 5 – Exemplos de unidades de registro localizadas nos relatos dos participantes, segundo as categorias de indicadores.

INDICADORES (dimensões da sustentabilidade)	Ecológica	Econômica	Social	Cultural	Ética	Política
UNIDADES DE REGISTRO (termos ou palavras-chave encontrados nos relatos dos participantes da pesquisa)	recursos naturais são preservados	gerar renda de forma complementar	socialmente justo	recursos sejam preservados (...) incluindo cultura	oportunidades para a próxima geração	lideranças e poder político local
	baixo impacto	viabilidade ao longo do tempo	controle do impacto social	que respeite o turista e a cultura rural	não comprometam o futuro das próximas gerações	inclusão, transparência, democracia e participação
	não provoca intervenções negativas ao meio ambiente	favorece o aumento de renda	não provoca intervenções negativas na comunidade			tenha certa independência do poder público

Fonte: elaboração própria.

FIGURA 16 – Referências a seis dimensões do turismo sustentável presentes na opinião dos participantes da pesquisa.



*casos em que não se encontrou correspondência com as dimensões elencadas

Fonte: dados da pesquisa.

Como se pode observar na Figura 16, os três pilares básicos do desenvolvimento sustentável citados por Caporal e Costabeber (2002) – ou seja, as dimensões ecológica, econômica e social – estão presentes na maior parte dos relatos, sendo que a primeira delas é a mais evidente quando os técnicos se referem a um turismo que acreditam ser sustentável.

Pode-se notar esse aspecto por meio dos termos e jargões encontrados em suas respostas, tais como: “equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico”; “economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto”; “respeito ao meio ambiente”.

Por outro lado, as dimensões cultural, ética e política foram pouco observadas nos relatos dos extensionistas em relação às demais, o que suscita a levantar a hipótese de que a percepção destas três dimensões estaria mais ligada a certas correntes teóricas que discutem o desenvolvimento sustentável com uma abordagem econômica menos preponderante, e que estas dimensões teriam visibilidade ainda incipiente no contexto das sociedades contemporâneas. Em outras palavras, o baixo número de extensionistas que mencionaram questões culturais, éticas e políticas em suas respostas poderia se justificar pelo desconhecimento ou ignorância aos argumentos presentes nestas correntes. Neste caminho, Caporal e Costabeber (2002, p.80) apontam que:

A noção de sustentabilidade tem dado lugar ao surgimento de uma série de correntes do desenvolvimento rural sustentável, entre as quais destacamos aquelas alinhadas com a perspectiva ecotecnocrática e aquelas que vêm se orientando pelas bases epistemológicas da Agroecologia, numa perspectiva ecossocial.

Assim, os autores consideram que os saberes socioambientais discutidos nas diversas correntes teóricas, mesmo que estas possam apresentar perspectivas contrastantes, devem ser ampliados e socializados entre os vários atores sociais atuantes no meio rural (incluem-se aí os técnicos da extensão rural), sendo que estes saberes serão subsídios para reflexão e consolidação de novos paradigmas de um desenvolvimento rural que considerem, no mínimo, as seis dimensões apontadas.

Em relação às dimensões que foram menos apontadas pelos participantes da pesquisa, Ribeiro et al. (2012) salientam que é fundamental que os atores-mediadores para um turismo que se proponha ser sustentável estejam atentos para a dimensão cultural, uma vez que o turismo rural muitas vezes se apoia nas manifestações culturais das comunidades receptoras para que possa se desenvolver.

Neste mesmo rumo, Weissbach (2005) alerta que o turismo pode ocasionar descaracterizações sobre as culturas locais, por estar comumente acompanhado por apelos imediatistas, hedonistas e consumistas característicos desta atividade econômica, e também em função dos conflitos e transformações ocasionadas pelas relações culturais entre turistas e comunidades receptoras.

Ribeiro et al. (2012) acrescentam que o patrimônio cultural de comunidades rurais, construído a partir de suas transformações culturais, pode se refuncionalizar e ganhar ou perder importância em função das demandas e influências do turismo. Deste modo, o autor destaca que estas comunidades devem ter um olhar crítico quanto à incorporação de novos elementos culturais ou, mesmo, não abrir mão de seus elementos identitários e simbólicos por conta do mercado turístico.

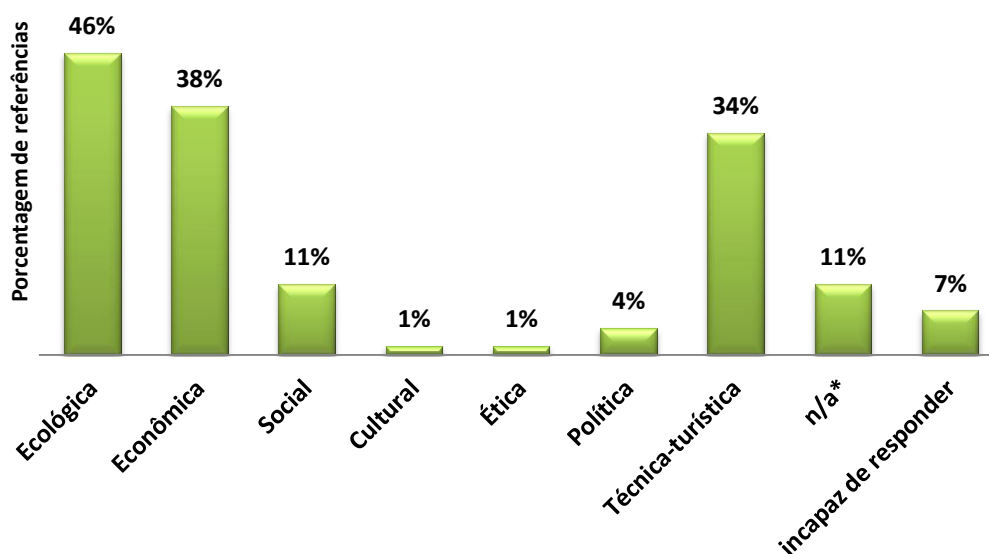
Com relação à dimensão política, observa-se que houve pequena abordagem nos relatos dos extensionistas (4%). Ela refere-se a processos endógenos de desenvolvimento local, fundamentados na democratização do planejamento e gestão, bem como na legítima participação e autonomia política de atores sociais locais nos debates e iniciativas de gestão, já que “a participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito à sustentabilidade e legitimidade de todo e qualquer projeto planejado e implementado sob tal designação conceitual” (IRVING, 2002, p.36).

Neste sentido, Solla (2002) aponta que o papel do agente extensionista no campo do turismo rural consistiria em trabalhar em benefício do desenvolvimento qualitativo do tecido sociocultural da comunidade, na expectativa de potencializar processos coletivos e associativos e estimular à formação de lideranças locais.

A questão de número 34 do questionário procurou detectar no discurso dos participantes, a partir da proposição de uma situação hipotética, o seu potencial em realizar práticas de extensão que eles considerem coerentes com o desenvolvimento sustentável de atividades de turismo.

A partir das respostas coletadas realizou-se a extração das unidades de registro, ou seja, dos termos ou palavras-chave que correspondessem às possibilidades de indicadores relacionados às sete dimensões elencadas. As frequências de ocorrência para cada dimensão foram tabuladas e apresentadas na Figura 17.

FIGURA 17 - Referências a sete dimensões do turismo sustentável presentes em práticas extensionistas potenciais, segundo opinião dos participantes da pesquisa.



*casos em que não se encontrou correspondência com as dimensões elencadas

Fonte: dados da pesquisa.

É possível verificar, ao compararmos a Figuras 16 e 17, que houve diminuição da quantidade de referências a todas as dimensões²⁵, à exceção da política, que se manteve. Para se esclarecer esta informação, observam-se as seguintes reduções para cada dimensão, em termos percentuais: ecológica – 32%; social – 27%; cultural – 11%; ética – 7%; econômica – 3%.

Uma análise simples destes números permite notar que, apesar dos três pilares básicos do desenvolvimento sustentável (Caporal e Costabeber, 2002) ainda serem os mais apontados pelos técnicos em seus relatos (Figura 17, desconsiderando-se a dimensão técnica-turística), houve redução significativa nas referências especialmente aos enfoques ecológico e social. A partir desta situação pode-se inferir que existe uma dificuldade do extensionista em converter sua percepção sobre o turismo sustentável, enquanto conceito teórico, em pressupostos de ordem prática.

Como exemplos de ações relativas ao enfoque social mencionadas pelos extensionistas para um turismo que se proponha sustentável, tem-se a valorização da mão-de-obra local, a preocupação com educação e saúde para os funcionários e o cumprimento das leis trabalhistas. Apresentam-se também aqui alguns elementos que se referem à dimensão ecológica contidos em trechos extraídos das respostas dos participantes:

²⁵ Nota do autor: não se considerou a dimensão técnica-turística nesta comparação.

Acredito que algumas atividades devem ter a capacidade de suporte da propriedade sempre respeitada e desta forma seriam sustentáveis por gerar um menor impacto ambiental e isto deve sempre estar muito claro para o produtor.

Conselhos voltados à uma produção onde prevaleça a conservação dos recursos naturais. Seriam conselhos que tivessem como base principalmente o novo código florestal, para que se tenha uma exploração econômica com respeito ao meio ambiente.

(...) chamaria a atenção para os resíduos que estão sendo gerados na propriedade (...)

Dar especial atenção aos pontos críticos (gargalos), de forma a impedir o esgotamento, ao longo do tempo, dos recursos existentes (...)

Recomendaria práticas conservacionistas de proteção do solo e dos recursos naturais como: proteção e recomposição de matas ciliares; controle de erosão, adequação de estradas rurais, faixas de retenção, rotação de culturas, destinação do lixo domésticos, utilização de fossas biodigestoras entre outras.

Por meio da Figura 17 verifica-se que a dimensão técnica-turística foi bastante abordada. Considerando-se a prática extensionista proposta na questão 34, percebe-se nas mensagens das respostas que os participantes exibem de modo geral uma postura mediadora ou articuladora entre o produtor e os atores sociais vinculados ao turismo.

Esta mediação aparece sempre direcionada para a promoção da atividade de turismo rural – com destaque para o incentivo à capacitação, a busca por exemplos de melhores práticas em outras propriedades rurais e o envolvimento com agentes de desenvolvimento do setor turístico. Porém, raramente aparece voltada para a construção de reflexões, junto com o agricultor, sobre a viabilidade da inserção do turismo na propriedade, sobre seus conflitos potenciais e sobre as intenções contidas no discurso desses agentes.

Convém lembrar que a eleição da dimensão técnica-turística como categoria de análise para a questão 34 fundamentou-se na possibilidade de correlação entre as unidades de registro possivelmente contidas nas respostas dos participantes e os indicadores propostos por Hanai (2009) e Gomes et al. (2005). Como já foi dito, a distribuição das unidades de registro entre as categorias de análise pode permear duas ou mais dimensões, conforme o entendimento daquele que a está realizando. Deste modo, no caso da questão número 34, alguns indicadores poderiam se enquadrar tanto na dimensão técnica-turística quanto na econômica.

Entre os trechos de relatos apresentados pelos participantes que demonstram elementos das dimensões técnica-turística e econômica, apresentam-se os seguintes:

Orientaria que o turismo agrega renda, e que não substitua suas demais atividades por ele [a atividade de turismo].

(...) fazer um estudo sobre a viabilidade econômica do projeto.

Que ele busque capacitações na área do turismo rural (...); concilie o turismo rural com outras explorações econômicas na propriedade; troque experiências com outros empreendedores do setor, principalmente de outras regiões.

Buscar o auxílio mútuo com outros produtores que tenham pensamento semelhante.

Primeiramente, que o produtor procure os órgãos competentes para obter informações sobre a regularização de suas atividades. Depois, para o produtor analisar os impactos que as obras e construções em sua propriedade poderiam causar ao ambiente e que ele tentasse evitar ao máximo que ocorram esses impactos.

Aconselharia a ouvir pessoas especializadas no assunto, aquelas entidades que ajudam a planejar para se ter em mente, de maneira mais clara os prós e os contras e à partir daí implantar um turismo consciente e lucrativo.

Iniciar com o diagnóstico da propriedade para descobrir as potencialidades. Visitar outras regiões onde já se desenvolve o Turismo Rural. Manter-se atualizado e descobrir novas oportunidades. Participar de alguma Associação de Turismo Rural. Frequentar Cursos de capacitação.

É interessante destacar que todos os extensionistas apresentaram alguma noção teórica do que seja o turismo sustentável (Figura 16), ainda que para uma porção significativa (14%) não se encontraram referências que correspondessem a nenhuma das dimensões elencadas, isto é, que fossem satisfatórias no procedimento da análise de conteúdo realizado pelo autor.

Comparando-se estes dados com os da Figura 17, complementa-se que uma parte dos participantes (7%) não respondeu à questão de número 34, alegando de modo geral que não dispõe de conhecimentos suficientes para fazê-lo.

Finalmente, ao se analisar os dados presentes nas Figuras 16 e 17, percebe-se que uma minoria dos técnicos pesquisados fez uma abordagem daquelas dimensões que vão além dos três pilares do desenvolvimento sustentável, tanto em relação às suas percepções teóricas conceituais, quanto para possibilidades de ações práticas relacionadas a um turismo rural qualificado como sustentável.

5. Conclusões

É possível encontrar na literatura alguns autores que afirmam ser fundamental o investimento na capacitação de agentes dos serviços de extensão rural com vistas à abordagem de agricultores que realizam atividades rurais não agrícolas, sobretudo aquelas voltadas à oferta de serviços, já que normalmente a formação ou vivência profissional prévia destes agentes, de modo geral, não lhe são favoráveis nesse contexto.

Neste sentido Rameh e Santos (2011) destacam as diretrizes do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) como orientadoras das instituições públicas de extensão rural, e consideram importante a realização de capacitações que apresentem e esclareçam essas diretrizes aos extensionistas.

Por outro lado, Candiotta (2013) comenta que deve haver precaução quando se aborda a questão das capacitações, tendo em vista que as diretrizes do PNTRAF demonstram clara preocupação do governo em inserir os agricultores familiares envolvidos com o turismo rural no mercado turístico e em qualificar seus produtos e serviços.

O autor argumenta que pelo fato das organizações que realizam estas capacitações serem normalmente ligadas de alguma forma ao *trade* turístico²⁶, então os valores retransmitidos seriam prioritariamente mercantis e empresariais, “pautados na expansão do turismo e na exaltação do empreendedorismo e da necessidade de crescimento econômico para os agricultores” (CANDIOTTO, 2013, p.123), restando como aspectos secundários os discursos de valorização sociocultural, melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental.

A afirmação de Candiotta abre então espaço para um questionamento: de que forma a produção literária técnica e acadêmica, na qual supostamente são fundamentados os conteúdos das propostas de capacitação em turismo rural, está contribuindo para a inserção de outras vertentes temáticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo, além da econômica?

O que se observa, ao menos na produção acadêmica, é que diversos autores apresentam em seus trabalhos um discurso que exalta o papel educativo de agentes extensionistas baseado em pedagogias emancipatórias e transformadoras, ao mesmo tempo em que os incentiva à replicação de aspectos relacionados mais aos benefícios do turismo para as comunidades rurais do que aos conflitos que este possa induzir. Do outro lado, nota-se que

²⁶ Conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos. (CANDIOTTO, 2013, p.112)

poucos pesquisadores discutem estes aspectos por meio de análises críticas e questionadoras das implicações do turismo baseado na lógica vigente de mercado, sobre as comunidades receptoras.

Trazendo este cenário para a realidade da CATI no âmbito do preparo de seus técnicos para as demandas do turismo rural, surge uma segunda questão: se a instituição se pauta num discurso de promoção do desenvolvimento sustentável (inspirado por sua missão institucional), então não seria adequado que possíveis capacitações em turismo rural devessem estimular os técnicos a fazer reflexões críticas sobre esta atividade econômica diante do contexto social, cultural, ambiental e político das comunidades rurais onde atuam, para assim poderem desempenhar de forma efetiva seus papéis de educadores-mediadores para o desenvolvimento?

Conforme os conhecimentos do autor desta dissertação sobre as diretrizes que norteiam o planejamento e a gestão da CATI, reforçados pelas opiniões dos técnicos pesquisados, desde a década de 2000 (época em que fundamentos para reorientação dos serviços de extensão rural passaram a ser debatidos e depois divulgados por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) não houve ações suficientes e contínuas que pudessem consolidar uma visão institucional e um programa de participação da extensão no segmento do turismo rural. Indo mais além, observa-se que poucas ações de âmbito institucional estimularam os extensionistas a refletir sobre questões de desenvolvimento sustentável aplicadas ao turismo.

Considerando-se estes apontamentos, destaca-se novamente a necessidade da elaboração de um programa institucional contemplando ações de capacitação e de planejamento, o qual possa favorecer ao extensionista a ampliação de sua percepção crítica sobre o fenômeno do turismo relacionado às comunidades rurais onde atua.

Para Bricalli (2002), a participação dos serviços de extensão no contexto do turismo rural é essencial não somente sob o ponto de vista de desenvolvimento desta atividade econômica na propriedade, mas principalmente pelo papel de articulação e mediação que pode ser assumido pelo extensionista. No caso da CATI, este papel adquire importância considerando a idoneidade e a presença histórica da instituição no Estado de São Paulo, bem como sua ampla capilaridade geográfica através da qual os atores sociais ligados ao setor turístico podem se aproximar das comunidades rurais.

A partir da opinião dos técnicos pesquisados é possível afirmar que, de maneira geral, eles reconhecem este papel e encontram-se dispostos a assumi-lo. Porém a pesquisa apontou para algumas limitações que necessitam ser superadas, destacando-se entre elas:

- a) questões motivacionais, em parte ocasionadas pela falta de incentivos da instituição, direcionados a uniformizar e qualificar o padrão de atendimento dos extensionistas para as demandas de turismo rural;
- b) a falta de conhecimentos técnicos específicos sobre turismo, que deveriam abordar desde a conceituação básica do turismo rural, reconhecendo as relações entre este segmento e o setor agropecuário e ainda evidenciando o papel da instituição perante esse contexto, até as especificidades inerentes ao desenvolvimento da atividade turística, tais como a identificação de oportunidades, o planejamento e gestão da atividade, o estímulo à organização e formação de parcerias e a agregação de valor de produtos agropecuários;
- c) a necessidade de ampliação de conhecimentos dos extensionistas para além de enfoque ambiental, no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo, tendo como expectativa auxiliá-los na compreensão de seus papéis de agentes mediadores diante dos conflitos inerentes à temática do turismo em comunidades rurais.

Diante das limitações apresentadas, o investimento em capacitações diferenciadas e que apresentem contrapontos àquelas mencionadas anteriormente por Candiotto (2013) tornar-se-ia fundamental no processo de construção de um programa da CATI de abrangência estadual, orientado à participação qualificada de seus extensionistas no contexto do turismo rural.

Ainda que se faça necessária uma busca específica para verificar a existência dessas capacitações já formatadas e disponíveis para extensionistas, apresentam-se a seguir duas temáticas pelas quais elas poderiam se orientar:

1) Treinamentos voltados à sensibilização para o turismo, fundamentados na proposta metodológica apresentada por Hanai e Espíndola (2011).

Os autores afirmam ser essencial a discussão de novas concepções de planejamento para o turismo rural, sendo que este deve ser enxergar os problemas e a dinâmica locais, a diversidade cultural e ambiental e, sobretudo, deve ser participativo, onde a comunidade local seja colocada como prioritária nos espaços de discussão.

A partir daí, Hanai e Espíndola (2011, p.9) defendem que previamente à ocorrência de debates participativos sobre o planejamento e a implantação do turismo numa comunidade, é

importante haver iniciativas que se empenhem na sensibilização turística dos povos anfitriões sendo que, quando falam em sensibilização, os autores se referem a ações de “esclarecimento e não de convencimento sobre o turismo”, isto é, ações que procurem discutir e esclarecer os potenciais benefícios e também os riscos que o turismo pode trazer para certos destinos.

Como síntese dos procedimentos adotados na elaboração e aplicação de um programa de sensibilização turística, os autores propõem os seguintes passos:

- 1) Identificar o perfil socioeconômico e cultural da população local;
- 2) Preparo do conteúdo e materiais didáticos e informativos;
- 3) Divulgar o programa em meios de comunicação;
- 4) Aplicar o programa por meio de reuniões efetivamente participativas com a comunidade local.

Os detalhes sobre os procedimentos metodológicos assim como o relato da experiência dos autores com a implementação do programa num município do sul do Estado de Minas Gerais podem ser encontrados na tese de doutorado de Hanai (2009) e no artigo elaborado por Hanai e Espíndola (2011)²⁷.

2) Treinamentos com enfoque em metodologias de educação patrimonial propostas pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA et al., 1999) e pelo Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (GRUNBERG, 2007)²⁸

Estas metodologias propõem ações educativas como mediadoras para a construção coletiva de conhecimentos que busquem a valorização do patrimônio cultural material e imaterial, na intenção de levar o indivíduo ou a comunidade a se reconhecer como produtora de saberes, procurando mostrar-lhes que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios, associados à memória local.

A educação patrimonial constitui então, no caso específico do turismo rural, uma ferramenta possível de ser utilizada pelo extensionista para a afirmação dos sujeitos em seus mundos e em seus patrimônios culturais (HORTA et al., 1999), de modo que possa estimular estes sujeitos a refletirem sobre sua vulnerabilidade social e cultural perante o fenômeno do turismo.

A execução da ação educativa proposta pelas metodologias consiste no desenvolvimento de atividades práticas e lúdicas diversas, contempladas em quatro estágios:

²⁷ Disponível em: <www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/181> Acessado em 01/06/2014.

²⁸ As publicações podem ser obtidas em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acessado em 01/06/2014.

- 1) observação, onde se “descobre” o objeto de estudo, identificando sua função e seu significado;
- 2) registro, ocorrendo a descrição gráfica, verbal ou escrita desse objeto, visando à fixação do conhecimento percebido;
- 3) exploração, onde há análise, julgamento crítico e levantamento de hipóteses fundamentadas por pesquisas em outras fontes de informação;
- 4) apropriação, quando se trabalha a busca do envolvimento afetivo e a internalização e valorização do bem cultural, possibilitando-se a releitura e a recriação do objeto por meio de outras formas de expressão.

De maneira sintética, a ação educativa se constitui pela definição dos objetivos (quais habilidades, conceitos e conhecimentos serão trabalhados), seleção e preparo das atividades práticas e, por fim, sua execução, de modo que possam atender às etapas sucessivas de percepção-análise-interpretação das expressões culturais estudadas.

Durante a contextualização do presente trabalho foram apresentados alguns aspectos de políticas orientadoras que propõem diretrizes para novas posturas de ação extensionista, incluindo o envolvimento qualificado com o segmento do turismo rural, focando-se especificamente o papel do serviço de extensão rural pública no Estado de São Paulo, representado pela CATI.

O cenário revelado por meio dos dados coletados na pesquisa e que ilustra o ponto de vista dos técnicos mostra que alguns princípios que fundamentam estas políticas – tais como a abordagem dialética e construtivista pela extensão perante o fenômeno do turismo – por vezes se perdem ou mesmo não são considerados no fazer cotidiano de seus executores (os agentes extensionistas).

Cria-se então a expectativa de que a exposição deste cenário, aliada à sugestão das duas temáticas a serem consideradas em futuros planos de capacitação, possam se tornar subsídios para reflexões que venham finalmente se materializar na forma de um projeto institucional, construído de maneira responsável e efetiva para uma extensão voltada ao desenvolvimento sustentável do turismo rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n.74, p. 21-34, 2012.

ANDRADE, D. Turismo rural: análise dos resultados de um projeto de extensão no âmbito da comunidade. **Observatório de Inovação do Turismo**: Revista Acadêmica, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p.69-80, abr. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE EXTENSÃO RURAL (ASBRAER). Disponível em: < <http://www.asbraer.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979. 225 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura e assistência técnica no Estado de São Paulo**. 1983. 286 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, 1983.

BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 17 p. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1230_1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar - PNTRAF**. Brasília, 2004. 28 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional do turismo 2003-1007**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. Secretaria de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. 40 p.

BRICALLI, L. C. L.; FUCKS, P. M.; ALMEIDA, J. A. A extensão rural a serviço do turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 182-188.

BROSLER, T. M.; OLIVEIRA, E. R. L.; BERGAMASCO, S. M. P. Métodos na nova extensão rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?. In: CONGRESSO SOBER, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em: 01 out. 2013.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 16, v. 1, p. 48-59, 2009.

_____. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 2010.

_____. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Revista CULTUR**, Ilhéus, ano 07, n. 2, p. 111-131, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo>>. Acesso em: 01 out. 13.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.70-85, jul./set. 2002.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/principal/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CERETTA, C. C.; SANTOS, N. R. Z. O papel da extensão rural e a abordagem do turismo junto às pequenas propriedades rurais. **Revista de Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 7-29, maio/ago. 2013.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Informativo CATI**. Campinas, 1998. 4 p. (Edição Especial).

DEPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora da UFCG, 2008. v. 1. p. 1-16.

DEPREST, F. **Inquérito sobre o turismo de massa: a ecologia face ao território.** [S.l.]: Instituto Piaget, 2004. 195 p.

FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, 2000. p. 181-197.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-108.

GOMES, R. A.; JUNQUEIRA, A. M. R.; MEDEIROS, J. X. Proposta de indicadores de sustentabilidade para a atividade de turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5., 2005, Piracicaba. **Anais: propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural.** Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 323-326.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 2007. 24 p.

GUIMARÃES, C. V. R. M. A ação extensionista em turismo no ambiente rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 149-153.

HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade**: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. 419. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

_____. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan./abr. 2012.

_____. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/18>. Acesso em: 01 jun. 2014.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IRVING, M. A. Turismo, ética e educação ambiental - novos paradigmas em planejamento In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo, SP: Futura, 2002. p. 17-34.

IRVING, M. A. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>>. Acesso em: 25 set. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LIMA, I. A. **A extensão rural e a produção do conhecimento**: a fundamentação científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 50 p. (Textos para Discussão, n. 48). Disponível em: <www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**: percepções e tendências. 2010. 396 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINTO, A. G. **A construção de uma nova extensão rural**: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. 1998. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 1-24.

QUEIROZ, P. G. Turismo rural e desenvolvimento local na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 14 p (Pôster – Apresentação em Sessão com debatedor.).

RABINOVICI, A. **Organizações não governamentais e turismo sustentável**: trilhando conceitos de participação e conflitos. 2009. 327 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-66, abr. 2011.

RIBEIRO, M.; SOUTO, C. B.; SANTOS, E. O. A valorização da memória e do patrimônio cultural como atrativos turísticos em propriedades rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, n. 4 (II), p. 263-275, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://ucs.br/revistarosadosventos>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 12.845, de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/turismo.php>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-68.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 5-20, 2012.

ROQUE, A. M. (Coord.). **Guia turismo de campo: turismo rural no Estado de São Paulo**. São Paulo: Turismo de Campo editora, 2006. 178 p.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 48.543, de 25 de setembro de 1967**. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Decreto 35.673, de 14 de setembro de 1992**. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 40.103, de 25 de maio de 1995**. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997**. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 113-129.

SOLOW, R. **Growth theory: an exposition**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000. 190 p.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

TONET, R. M. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 10, p.28-34, out. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WEISSBACH, P. R. M. A questão da cultura local no turismo rural e os impactos causados pela atividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5., 2005, Piracicaba. **Anais**: propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural. Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 295-300.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Making tourism more sustainable**: a guide for policy makers. Madrid, 2005. 322 p.

APÊNDICE 1 – Carta de apresentação e questionário utilizado na coleta dos dados da pesquisa.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado Extensionista,

Este questionário faz parte da pesquisa que estou desenvolvendo junto ao curso de “Mestrado Profissional em Sustentabilidade na Gestão Ambiental” pela UFSCar/Campus Sorocaba. O objetivo da pesquisa é relacionar o serviço de extensão com o tema turismo rural no Estado de São Paulo, abordando aspectos sobre a atuação dos extensionistas e procurando encontrar subsídios para novas iniciativas de planejamento e gestão.

Você foi escolhido para participar da pesquisa pois seu município de atuação apresenta o turismo rural como relevante no PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (vigência 2010-2013), ou porque o município mostra número significativo de empreendimentos de turismo rural, segundo o Guia de Turismo Rural no Estado de São Paulo (guia publicado em 2006).

Desta forma, peço por gentileza sua contribuição para a pesquisa respondendo às questões que se seguem, ação que tomará cerca de 20 minutos do seu tempo. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo na publicação dos resultados da pesquisa.

Agradeço desde já sua participação, e me comprometo a compartilhar os frutos obtidos com o resultado de minha pesquisa como retribuição por seu empenho em responder a este questionário.

Alexandre Mendes de Pinho
Assessoria Técnica de Políticas Públicas – CATI/Campinas
Mestrando em Sustentabilidade na Gestão Ambiental – UFSCar/Campus Sorocaba

QUESTIONÁRIO

1. SEXO

() Masculino

() Feminino

2. IDADE: ___ anos

3. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA:

() Engenheiro Agrônomo

() Médico Veterinário

() Zootecnista

() outros _____

4.É CONVENIADO SEIAA (MUNICIPALIZADO)? (para efeitos apenas desta pesquisa, considere a situação "conveniada" mesmo que o Convênio SEIAA não esteja mais vigente)

- sim
 não

5. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA CASA DA AGRICULTURA DO SEU MUNICÍPIO? ___ anos

6. MUNICÍPIO ONDE FICA A CASA DA AGRICULTURA:

7. QUAL O TEMPO TOTAL DE ATUAÇÃO JUNTO À CATI (CONTANDO INCLUSIVE O TEMPO COMO MUNICIPALIZADO)? ___ anos

8. PARTICIPOU DE CURSO DE PRÉ-SERVIÇO DA CATI?

- sim
 não

9. Se respondeu "sim": EM QUE ANO PARTICIPOU?

10. PARTICIPA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL?

- sim
 não

Espaço para observações:

11. PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO, COMITÊ, ASSOCIAÇÃO, REDE DE TROCA DE CONHECIMENTO OU ÓRGÃO REPRESENTATIVO, SENDO ESTES LIGADOS AO TURISMO?

- sim.
 não

12. Se respondeu "sim": EM QUAIS DELES PARTICIPA?

13. POSSUI ALGUM TIPO DE FORMAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO OU TURISMO RURAL (MESMO QUE CURSOS DE CURTA DURAÇÃO)?

- sim
 não

14. SE RESPONDEU "SIM", INFORME OS CURSOS QUE PARTICIPOU: nome e tipo (técnico, graduação, pós-graduação, curso de curta duração).

15. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ PARTICIPA DE EVENTOS SOBRE TURISMO RURAL? (REUNIÕES, PALESTRAS, FEIRAS, WORKSHOPS, SEMINÁRIOS ETC.)

- a) participo sempre que posso, independente de eu ser designado ou convocado para isso.
b) participo quando sou designado ou convocado.
b) raramente participo.
c) não participei de nenhum evento até o momento.

Espaço para observações:

16. ALÉM DE TRABALHAR COMO EXTENSIONISTA, VOCÊ TAMBÉM PARTICIPA DIRETAMENTE DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO RURAL? (COMO RECEPTIVO, FORNECEDOR, MONITOR, AGÊNCIA/OPERADORA DE TURISMO ETC.)

() sim

() não

17. Se respondeu “sim”: HÁ QUANTO TEMPO E O QUE FAZ?

18. VOCÊ ACHA IMPORTANTE A ATUAÇÃO DE TÉCNICOS EXTENSIONISTAS NA ÁREA DE TURISMO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO? POR QUÊ?

19. VOCÊ SE SENTE MOTIVADO(A) A TRABALHAR COMO EXTENSIONISTA COM TURISMO RURAL EM SEU MUNICÍPIO? POR QUÊ?

Para as questões 20 a 32, marque para cada frase a opção que melhor traduza sua atuação, enquanto extensionista, no âmbito do turismo rural em seu município:

(A) tenho atuado sempre que há oportunidade.

(B) tenho atuado em resposta à demanda.

(C) tenho atuado apenas quando a demanda é prioridade de trabalho.

(D) não atuei, pois ainda não houve oportunidade ou demanda.

(E) não atuei, pois não me sinto apto a realizar esta atividade.

(F) não atuo, pois creio que não seja minha atribuição de extensionista.

(G) outra (descrever)

20. Apoio à divulgação dos treinamentos disponíveis sobre turismo rural.

21. Orientação do produtor para acesso a programas de crédito para turismo rural.

22. Orientação para acesso a recursos de programas e projetos disponíveis(públicos ou privados) para turismo rural.

23. Estímulo à percepção do produtor sobre possíveis conflitos e impactos dentro e fora da propriedade rural, decorrentes da atividade turística.

24. Interação com órgãos públicos e entidades ligadas ao planejamento e ordenação do turismo na região (exemplos: Conselhos, Secretaria Municipal, Associações, Sindicatos, ONGs).

25. Orientação dos produtores que desenvolvem atividades de turismo rural para a integração e cooperação entre si (estímulo ao associativismo).

26. Orientação de produtores que desenvolvem atividades de turismo rural, direcionada ao relacionamento com a comunidade onde vivem.

27. Orientação do produtor rural na busca de auxílio a entidades públicas e privadas ligadas ao setor de turismo (exemplos: Conselhos de Turismo, Secretaria Municipal de Turismo, agências e operadoras, ONGs).

28. Apoio na divulgação de empreendimentos, rotas e circuitos turísticos.

29. Orientação dos produtores rurais sobre preocupação com a qualidade ambiental do entorno e com a sustentabilidade de seus empreendimentos de turismo rural.

30. Orientação para adaptar e compatibilizar a produção agropecuária com a atividade turística na propriedade.

31. Orientação para a comercialização de produtos e serviços do turismo rural (exemplos: artesanato; produtos agropecuários processados; recepção de visitantes).

32. Participação na elaboração e implantação de projetos de turismo rural em propriedades rurais.

O termo “sustentabilidade” tem sido usado por diversos segmentos da sociedade e do poder público, muitas vezes associado à necessidade de desenvolvimento econômico de algum setor do sistema produtivo, como é o caso do turismo. Surgem então expressões como o “turismo sustentável”, que têm sido abordadas como uma nova postura de planejamento e gestão do turismo, onde se inserem questões principalmente de ordem social e ambiental para sua efetivação.

33. Em sua opinião, o que é “turismo sustentável”?

34. Considerando seu papel de extensionista, que orientações você daria a um produtor, a fim de que ele pudesse realizar atividades de turismo rural em sua propriedade de maneira mais sustentável?

35. Nome:

(sua identidade não será divulgada, nem constará dos resultados da pesquisa; porém será útil caso o pesquisador necessite entrar em contato com você)

APÊNDICE 2 – Relação de perguntas utilizadas na entrevistas.

- 1) Em relação aos cursos que você mencionou na resposta do questionário, quais eram os objetivos desses cursos?

- 2) Você acha a CATI deve investir em capacitação na área de turismo rural? Por que?

- 3) O que você esperaria de conteúdos a serem abordados em cursos de capacitação para o assunto turismo rural?

- 4) o que você acha mais importante para um técnico da CATI, em relação ao atendimento na área de turismo rural: que ele seja capacitado em cursos específicos de turismo ou em cursos voltados para a ação extensionista de modo geral? Por que?